

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS - CCT**  
**CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU**

**MAIRA SAUÁIA DE MOURA**

**“Caminhos da Ilha Grande”**: Itinerário pelas Casas de Cultura no Centro Histórico de  
São Luís – MA.

São Luís – MA

2022

MAIRA SAUÁIA DE MOURA

**“Caminhos da Ilha Grande”**: Itinerário das casas de cultura no Centro Histórico de São Luís – MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Garreto Borges

São Luís – MA

2022

Universidade Estadual do Maranhão. Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA

M929c

MOURA, Maira Sauáia de.

“Caminhos da Ilha Grande”: Itinerário pelas casas de cultura no Centro Histórico de São Luís – MA. / Maira Sauáia de Moura. – São Luís, 2022.

94 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Garreto Borges.

1. Casas de cultura. 2. Arquitetura patrimonial. 3. Turismo. 4. Cultura.  
I. Título.

CDU: 711.57(812.1)

MAIRA SAUÁIA DE MOURA

**“Caminhos da Ilha Grande”**: Itinerário das casas de cultura no Centro Histórico de  
São Luís – MA.

Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Débora Garreto Borges  
**Orientadora**

Maira Sauáia de Moura  
**Aluna**

Aprovado em: São Luís, 18/01/2023.

BANCA EXAMINADORA

*Débora Garreto Borges*

---

**Profa. Dra. Débora Garreto Borges (Orientadora)**  
**Doutora em Urbanismo - UFRJ**

*Bruna Andrade Ferreira*

---

**Profa. Esp. Bruna Andrade Ferreira (1º Examinador)**  
**Especialista em Assessoria Técnica no Habitat Urbano e Rural Universidade**  
**Estadual do Maranhão-UEMA**

*Ângela Roberta Lucas Leite*

---

**Profa. Ma. Ângela Roberta Lucas Leite (2º Examinador)**  
**Mestre em Políticas Públicas - UFMA**

## **DEDICATÓRIA**

A todos aqueles com quem convivi neste tempo de graduação e às pessoas que desde sempre estão ao meu lado de prontidão para oferecer suporte, seja ele emocional, físico ou financeiro, em especial minha mãe Aleilma, meu pai Mauro, minha avó Wilma e meu irmão Alex Kaled.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Aleilma e Mauro, que nunca mediram esforços para me ajudar e que almejam as melhores conquistas a mim, juntamente com minha avó Wilma que agradeço imensamente por toda preocupação e cuidado desde sempre. Ao meu irmão Alex Kaled, com quem sempre dividi a vida e hoje, a escolha profissional. Sei que sempre terei o amor e o apoio de vocês.

Ao meu noivo Matheus Macário, que é meu companheiro de vida, sócio e vive cada desafio meu como se fosse seu. Seu incentivo e confiança depositada em mim, me fizeram não desanimar nos momentos mais desafiadores dessa jornada, eu te amo imensamente.

As minhas tias Alexilma, Alexsina, e ao meu padrinho Paulo Henrique, por sempre estarem presentes. Ao meu primo César por ser um segundo irmão e pelos momentos juntos. A minha prima Ana Clara, pela nossa troca e por tudo que já vivemos.

A minha amiga Juliana Gama, por todas as conversas, caronas, risos e frustrações compartilhadas, assim como minha amiga Isadora Farias, que mesmo com a distância sempre esteve presente e torcendo por mim.

As minhas amigas de faculdade Natália Maramaldo, Camila Ramalho, Lara Maria e Mariana Vieira pelos momentos compartilhados durante os anos de graduação e por tornarem essa caminhada mais leve.

A minha sogra, Adriana Macário, por sempre ter palavras de incentivo e apoio, assim como os amigos Cícero Macário Jr., Layane Menezes, e Murilo, com todo suporte em Barreirinhas, fazendo com que esta última etapa de desenvolvimento do trabalho tenha sido mais feliz.

A todos os professores e profissionais que participaram de alguma forma da minha caminhada acadêmica, em especial a Profa. Dra. Débora Garreto por toda instrução e apoio neste trabalho.

## RESUMO

A cidade de São Luís manifesta sua riqueza popular e conservação da história no patrimônio arquitetônico, garantindo sua titulação de “Patrimônio Cultural da Humanidade” em 1997, por possuir o mais significativo acervo da construção civil colonial da América Latina. Por meio do desenvolvimento de um guia arquitetônico e urbanístico pelas Casas de Cultura do Centro Histórico de São Luís, o presente trabalho propõe a valorização da arquitetura patrimonial através da atividade turística. As Casas de Cultura representam espaços estruturados que abrigam acervo e as mais diversas manifestações culturais da cidade, se classificam em: museus, teatros, capelas, fortes, centros de arte e produção, entre outros. Atualmente, existem mais de 20 Casas de Cultura, em sua maioria abrigados pela arquitetura colonial e inseridos no Centro Histórico. Partindo desses fatores, o presente estudo se desenvolveu sob o entendimento da preservação da memória e identidade de um povo através da promoção do turismo cultural em centros históricos tombados, o que possibilita enxergar na cidade a história que é contada através do espaço urbano e da arquitetura. O Guia Caminhos da Ilha Grande, apresenta um estudo detalhado sobre as Casas de Cultura, evidenciando fatores históricos e arquitetônicos que compõem esses espaços, e um roteiro experimental por 9 museus a fim de apresentar a multiplicidade da cultura maranhense.

**Palavras-chave:** Casas de Cultura; Arquitetura Patrimonial; Turismo; Cultura.

## ABSTRACT

The city of São Luís manifests popular wealth and preservation of history in the architectural heritage, guaranteeing its title of “Cultural Heritage of Humanity” in 1997, for having the most significant collection of colonial civil construction in Latin America. Through the development of a designed and urbanistic guide by the Casas de Cultura of the Historic Center of São Luís, this work proposes the appreciation of heritage architecture through tourist activity. The Houses of Culture represent safe spaces that house the collection and the most diverse cultural manifestations of the city, classified as: museums, theaters, chapels, forts, art and production centers, among others. Currently, there are more than 20 Houses of Culture, most of them sheltered by colonial architecture and inserted in the Historic Center. Based on these factors, the present study was developed per understanding of the preservation of the memory and identity of a people through the promotion of cultural tourism in listed historic centers, which makes it possible to see in the city the history that is told through urban space and architecture. The Guia Caminhos da Ilha Grande, presents a detailed study on the Houses of Culture, highlighting historical and architectural factors that make up these spaces, and an experimental circuit through 9 museums in order to present the multiplicity of Maranhão culture.

**Keywords:** Houses of Culture; Heritage Architecture; Tourism; Culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta de São Luís em 1640: núcleo original atribuído a Frias de Mesquita.	16
Figura 2 - Vista panorâmica de São Luís em 1641. Gravura de Frans Post.	19
Figura 3 - Planta de São Luís em 1844: a expansão por adição segundo o núcleo original	22
Figura 4 – Casarões com detalhes arquitetônicos conservados do período colonial.	24
Figura 5 - Vista da Rua Portugal, Praia Grande, São Luís: o conjunto de sobrados azulejados, resultantes da verticalização provocada pela valorização do solo.	27
Figura 6 - Réplica do Pelourinho assentado no adro do Carmo, em 1815. Museu Da Cafua.	28
Figura 7 - Mapa da cidade de autoria de J. Veiga.	29
Figura 8 - Sobrado com azulejaria, Rua Portugal.	30
Figura 9 - Limites do Centro Histórico	48
Figura 10 - Vista aérea do Centro Histórico	49
Figura 11 – Moradores e turistas vivenciando o Centro Histórico; Samba na Fonte do Ribeirão.	51
Figura 12 - Esquema produto turístico-cultural	55
Figura 13 - Mapeamento das Casas de Cultura no Centro Histórico.	60
Figura 14 - Casa do Maranhão	62
Figura 15 - Casa do Tambor de Crioula	63
Figura 16 - Casa de Cultura Josué Montello	64
Figura 17 - Centro de Pesquisa Natural e Arqueologia do Maranhão/CPHNAMA	66
Figura 18 - Convento das Mercês	67
Figura 19 - Teatro Arthur Azevedo	69
Figura 20 - Museu Histórico e Artístico do Maranhão	71
Figura 21 - Museu de Artes Visuais	73
Figura 22 - Museu de Arte Sacra	74
Figura 23 - Cafua das Mercês	76
Figura 24 - Capela Bom Jesus dos Navegantes	77
Figura 25 - Capela de São José da Quinta das Laranjeiras	78
Figura 26 - Igreja São José do Desterro	80
Figura 27 - Museu do Reggae	81
Figura 28 - Museu Ferroviário e Portuário do Maranhão - RFFSA	83
Figura 29 - Praça dos Poetas	84
Figura 30 - Palácio dos Leões	85
Figura 31 – Mapeamento das Casas de Cultura para roteiro experimental	88
Figura 32 – Convite Guia Caminhos da Ilha Grande	90
Figura 33 – Roteiro experimental	91

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Urbanização de São Luís: períodos para análise.....	25
Tabela 2 - Relação Cartas Patrimoniais.....	36
Tabela 3 - Etapas da Educação Patrimonial .....	38
Tabela 4 - Rotas Museológicas Aveiro.....	44
Tabela 5 - Secretaria de Estado da Cultura - Casas de Cultura .....	52
Tabela 6 - Fluxo de atendimento ao público e visitas turísticas - 2020 e 2021 .....	53
Tabela 7 - Casas de Cultura no Centro Histórico de São Luís .....	58
Tabela 8 - Casas de Cultura/Museus selecionadas para o Guia Caminhos da Ilha Grande .....	61
Tabela 9 – Cronograma do roteiro experimental.....	89

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 SÃO LUÍS: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1 A PRIMEIRA FORMAÇÃO URBANA .....	15
2.2 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E A SOCIEDADE NOS SÉCULOS XVII e XVIII.....	19
2.3 A ARQUITETURA E O URBANISMO LUDOVICENSE NO SÉC. XIX.....	24
<b>3 CULTURA E PATRIMÔNIO: CONCEITOS E DIÁLOGOS .....</b>	<b>31</b>
3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....	31
3.2 TURISMO CULTURAL: CARTA DE TURISMO CULTURAL DE 1976 - ICOMOS .....	39
3.3 EXPERIÊNCIAS: ROTAS MUSEOLÓGICAS EM AVEIRO, PORTUGAL ....	41
3.4 DINÂMICA CULTURAL E AS CASAS DE CULTURA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS .....	45
<b>4 O GUIA.....</b>	<b>54</b>
4.1 “CAMINHOS DA ILHA GRANDE” – METODOLOGIA INVESTIGATIVA .	54
4.2 PELAS RUAS DO “REVIVER” – RECOLHA DE DADOS .....	59
4.3 ROTEIRO EXPERIMENTAL PELAS CASAS DE CULTURA .....	86
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Evidenciada pela sua riqueza popular, sua fundação francesa, a conservação da história no patrimônio arquitetônico, sua condição de ilha; a força e a tradição das lendas que lhe conferem mistério e encantamento, a cidade de São Luís, mais precisamente o bairro do Centro Histórico, seu primeiro conjunto urbano, torna-se cenário do presente trabalho. Elevada a condição de Patrimônio Cultural Mundial da Humanidade em 1997<sup>1</sup>, São Luís possui o mais significativo acervo da construção civil colonial da América Latina, dispondo de mais de 20 Casas de Cultura do Governo do Estado, abrigadas pela arquitetura patrimonial e inseridas no Centro Histórico de São Luís, as quais se classificam em: museus, teatros, capelas, fortes, centros de arte e produção, entre outros. Estes espaços estão atualmente sob responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão – SECMA, contam história e abrigam cultura e memória do Maranhão, são locais estruturados que oferecem acesso ao acervo histórico e às mais diversas formas de manifestações culturais, como festas populares, folclore e danças originárias maranhenses.

Neste contexto, tem-se que, devido ao crescimento desordenado dos núcleos urbanos tombados, o IPHAN, trouxe ao Brasil por volta dos anos de 1966 e 1967, uma abordagem de preservação das cidades históricas utilizando o turismo como fator de revitalização, enviando consultores internacionais para as cidades de Ouro Preto, São Luís, Alcântara, Paraty e Salvador (IPHAN, 1980). Ao compreender que o turismo pode funcionar como incentivo e força para preservação da identidade local e manutenção dos núcleos urbanos, essa atividade se destaca como uma das mais importantes alternativas econômicas atuais, seja por meio de instalações de hospedagem, rede de alimentação, casas de cultura ou visitação paga (CARVALHO, 2016). O turismo cultural em centros históricos tombados proporciona um reencontro com o passado, valorizando o patrimônio material e imaterial, fortalecendo a identidade local.

Além disso, é de inquestionável relevância a preservação da memória e identidade de um povo, para que se possa conhecer a razão de sua existência. Enxergar na cidade a história que é contada através do espaço urbano é compreender a formulação de sua identidade por meio da arquitetura. Dessa forma, exercitar o olhar para a cidade de maneira

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/>> . Acesso em: 6 set. 2022.

mais complexa, buscando o caminhar pela cidade como forma de intervenção urbana (CARERI, 2013) e analisando as relações entre percurso e arquitetura, observa-se a possibilidade de demonstrar a história da construção da paisagem por meio do ato de caminhar e explorar os centros urbanos.

Nesse contexto, encontram-se as casas de cultura de São Luís que, como mencionado anteriormente, são espaços que tornam acessível o acervo histórico e memória cultural da cidade, concebendo assim, percursos culturais e atividades no Centro Histórico de São Luís voltadas ao turismo-arquitetônico a serem potencializadas. O patrimônio cultural interage com o momento presente, sendo então referencial histórico, identitário e suporte das manifestações culturais da vida cotidiana. (CARVALHO, 2012) A arquitetura, as manifestações sociais e festas populares ludovicenses tão características, tais como o Bumba-Meu-Boi, Festa do Divino, Tambor de Mina, o Reggae, Tambor de Crioula, entre outros, não só garantem consumo turístico-cultural como conferem identidade e personalidade histórica de um lugar, por esse motivo destaca-se a relevância do presente estudo, pois a preservação e valorização dos espaços de cultura e memória de São Luís é parte indissociável da formação de sua população.

A falta de visibilidade desses espaços impacta diretamente no processo de revitalização dos mesmos, visto que fora do trânsito turístico, casas de cultura, vistas como bens tombados, sofrem a ação do tempo sem manutenção corretiva, corroborando para a descaracterização da identidade local e declínio da qualidade de acervo cultural da cidade. A partir da compreensão de roteiro turístico como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro (BRASIL, 2007), o presente trabalho busca fomentar o conhecimento sobre as Casas de Cultura em São Luís, desenvolvendo de maneira sistemática o mapeamento e catalogação dos bens culturais imóveis a fim de definir um roteiro arquitetônico e turístico.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivos geral a **elaboração de um Guia Arquitetônico e Urbanístico pelas Casas de Cultura dentro do recorte do Centro Histórico de São Luís.**

A fim de servir de caminho para alcançar o objetivo geral foram determinados os seguintes objetivos específicos:

**Entender** as dinâmicas da educação patrimonial e turismo na preservação do Patrimônio Cultural;

**Catalogar** as Casas de Cultura no recorte do centro Histórico de São Luís;

**Definir** um roteiro para o guia arquitetônico e urbanísticos pelas Casas de Cultura do Centro Histórico.

Este trabalho busca fomentar o conhecimento sobre as Casas de Cultura da cidade de São Luís, utilizando como base as percepções e noções da arquitetura e urbanismo na construção da cultura popular. Para obtenção do objetivo, foi utilizada uma abordagem **qualitativa** que, segundo Gil (2002) caracteriza-se por um processo que possui uma sequência de atividades envolvendo a coleta de dados, a categorização desses dados e sua interpretação. A pesquisa teve como base o objetivo **exploratório**, de maneira a aprimorar ideias ou a descoberta de intuições e, possui planejamento flexível permitindo a reflexão dos variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002). Dessa forma resultou na concepção de um Guia arquitetônico e urbanístico pelas Casas de Cultura no bairro do Centro Histórico de São Luís, contendo mapeamento e catalogação destes espaços.

A primeira etapa prática trata-se da pesquisa bibliográfica pautada em diversas fontes encontradas em Bibliotecas particulares e públicas do Brasil, objetivando maior embasamento teórico a respeito do tema a ser abordado. A segunda fase consistiu no levantamento da área em estudo, através de pesquisas de campo, entrevistas semiestruturadas com guias e diretores para coleta de dados e catalogação das Casas de Cultura e suas respectivas características. Por fim, esses dados e análises foram utilizados como base para elaboração de um roteiro pelas Casas de Cultura no Centro Histórico, contendo mapeamento e descrições pormenorizadas.

## 2 SÃO LUÍS: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

### 2.1 A PRIMEIRA FORMAÇÃO URBANA

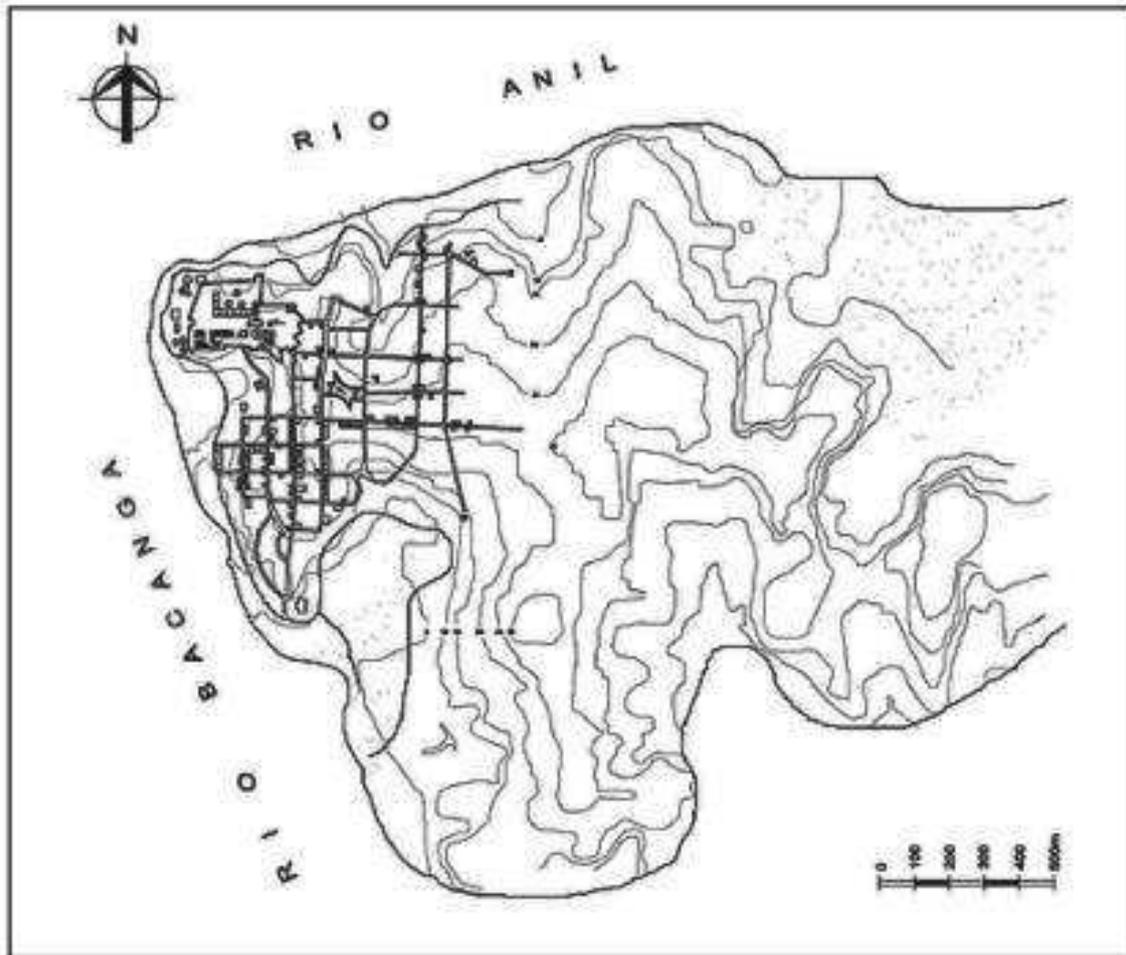
O processo de formação do sítio colonial, que viria a se tornar a cidade de São Luís, teve início em 26 de julho de 1612, através de uma expedição francesa que desembarca no porto Javirée (ponta de São Francisco) com o intuito de aqui formar uma colônia. O perímetro já havia sido ocupado pelos primeiros habitantes da ilha, os Tupinambás, índios seminômades, organizados em vinte e sete aldeias totalizando cerca de doze mil indígenas. Além disso, a ilha também já havia sido cenário de antecedentes explorações europeias no século XVI. Diante dos fatos corridos, iniciou-se o primeiro movimento de ocupação do sítio na tentativa francesa de criar a França Equinocial. Esse processo teve seu princípio com o estabelecimento dos colonos em volta do Forte de Saint Louis, principal construção francesa desse período, e que foi consolidado ao final de sua construção em 8 de setembro do mesmo ano, considerado marco da fundação da cidade de São Luís pela ocupação francesa na Ilha. Nas proximidades do Forte localizavam-se algumas aldeias indígenas como Pedra Verde, Junipará, Timbó, Jenovarem e Igapó, e além do Forte, também foi erguida a igreja e o Seminário dos Moços Franceses e índios. Dessa forma, se deu o contato dos indígenas com a religião e a noção dos trabalhos ocidentais. (LOPES, 2008)

Em 1614 foi ordenada uma expedição militar portuguesa a fim de expulsar os franceses do Forte e reconquistar o Maranhão. Até que, na Batalha de Guaxenduba, as Coroas Ibéricas lutaram contra os franceses e seus aliados indígenas, a qual foi vencida pela União das Coroas em 4 de novembro de 1615. Após a vitória, os portugueses mantiveram o nome de São Luís para o núcleo urbano. Para que fosse consolidado o domínio português, o governador do Maranhão até então, Jerônimo de Albuquerque, determinou a organização administrativa de São Luís, assim surge o primeiro planejamento do núcleo urbano da cidade, feito por Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Estado do Brasil. De acordo com Lopes no Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luís e Alcântara (2008, p. 15):

A partir desse código urbanístico, São Luís se desenvolveu por um arruamento organizado em uma malha ortogonal, sem hierarquização ou distinção funcional das ruas, com a orientação pelos pontos cardeais favorecendo a insolação e ventilação uniformes de todas as edificações, cujas fachadas apresentam regularidade na extensão da rua, ocupando toda a testada principal do lote sem recuos frontais. Este traçado está

registrado no que é considerada a mais antiga planta da cidade (1640), já revelando o atual desenho urbano do Centro.

Figura 1 - Planta de São Luís em 1640: núcleo original atribuído a Frias de Mesquita.



Fonte: MARANHÃO, 1997.

A cidade começa a ser concebida e estruturada com racionalidade e intervenção do Rei, assemelhando-se ao traçado português, levando em consideração a simetria e a beleza, diferenciando-se de muitas outras cidades coloniais do Brasil. Seu planejamento levou em consideração a possibilidade de um crescimento futuro com a demarcação de ruas iguais, quadras retilíneas, retangulares e praças em malha ortogonal. Assim, São Luís é fundada, seguindo o plano de arruamento renascentista, simétrico e de ordenação lógica, que previu muito além do exigido pela escassa população do primeiro ano de colonização, mas eficiente no sentido de evitar a volta de La Ravardière, aficionado com a ideia de implantação da França Equinocial. (LACROIX, 2020)

Após a consolidação do plano urbanístico deixado por Frias, de forma a integrar o Maranhão à Coroa Portuguesa, foi criado o Estado do Maranhão – compreendendo as Capitanias do Grão-Pará, Ceará e Maranhão – em maio de 1617 e, também, a instalação da Câmara Municipal de São Luís, elevada à categoria de Vila em 1619, mesmo período em que chegam na ilha as primeiras famílias de colonos açorianos direcionados a trabalhar na produção de açúcar e algodão. (LOPES, 2008)

A chegada dos novos habitantes elevou a cidade de um simples quartel de tropas para sede de uma povoação de colonos, sujeita à sua primeira expedição segundo Lacroix (2020). Assim, começam a surgir do núcleo do sítio urbano vários caminhos, chamados de estradas reais, previstas nas primeiras plantas de São Luís, são eles segundo Lacroix (2020, p. 29):

“[...] da Praça do Forte, ladeiras se desdobraram nas futuras ruas do Quebra-Costa, Cascata, Formosa e Estrela, limitadas com Nazaré; de outra ladeira, tortuosa em sua base, originou-se a Rua do Giz, ladeando o alagadiço, futura Praia Grande; uma ladeira, antes, Rua Formosa, hoje Afonso Pena, ia até a igreja de São José do Desterro; a vereda da Rua da Palma encontrava-se com a trilha direcionada ao Convento de São Francisco, atual Santo Antônio. Estes foram os caminhos formadores das ruas previstas na primeira planta de São Luís. O perímetro urbano, até 1640, terminava no Largo do Carmo, vindo a mata logo depois.”

O aumento populacional exigiu uma maior organização na vida social e econômica da cidade, por esse motivo foi instituído o Senado da Câmara, datado de 9 de dezembro de 1619, onde uma correspondência comunicava ao rei a sua instalação e primeiros serviços. Compunham o Senado da Câmara, os “homens bons” – juízes ordinários, procurador e vereadores – com a função de discutir e organizar a realidade espacial, enquanto agente urbanizador.

A cidade de São Luís se destacava pela sua boa perspectiva, sua atividade portuária estratégica, posição do porto, excelente barra com ventos ao longo da costa, o que facilitava a entrada e saída de embarcações independente do horário. A tediosa rotina da cidade era quebrada por festas da Igreja ou de algum outro fato notável, como por exemplo a chegada do primeiro governador em 1626 juntamente com a procissão de *Corpus Christi* ou a inauguração da Igreja de Nossa Senhora da Luz, todos os eventos vivavam grandes festejos com pompa e grande movimento da população. Era notório que o único interesse da Corte condizia em manter o território, enquanto a Igreja se

responsabilizava pela edificação de casas, conventos, templos, organização de missões, construção de escolas, realização de eventos e cerimônias, a burocracia e monotonia da Coroa emperravam as iniciativas primordiais. Fato este que contribuía para a estagnação em que viviam os moradores da capital do Estado, embora São Luís sendo reconhecida como núcleo mais importante na defesa da região. Por esses e outros motivos, São Luís não despertou interesse de novos investidores e seu desenvolvimento sofreu atraso até meados do século seguinte. (LACROIX, 2020)

Em 1641 ocorreu a abrupta invasão Holandesa com a chegada de dezoito embarcações com mil militares, suas intenções eram de retomar a antiga hegemonia de distribuidor de açúcar na Europa com a exploração da colônia, de tal modo que a invasão causou grande destruição e desordem na economia local. Sua expulsão, datada do ano de 1644, deixou a cidade em estado caótico, com igrejas depredadas, casas invadidas e saqueadas, porém, com a estrutura física da cidade preservada, sem alteração do seu traçado. Mesmo após a recuperação do território, diversos problemas da urbe remaneceram, principalmente da mão-de-obra. Fato este, que desde o início da colonização, a atuação do colono sobre o índio foi a tarefa mais árdua dos jesuítas, pois durante o início dos tempos coloniais a história era de alternância entre escravidão e liberdade dos donos da terra. Diante de todas as adversidades vividas em colônia, lutas entre governo metropolitano e municipal, religiosos regulares e padres seculares, entre comerciante e lavradores, todos contra o nativo, a cidade ia se estruturando dentro dos padrões pré-estabelecidos. Inclusive, está intensa luta fora conceituada como guerra comercial durante a história do Estado do Maranhão e Grão-Pará. (IDEM, 2020)

O descontento do povo era notório, o monopólio repleto por falcatruas, desonestidade, falsificações de pesos e medidas nas transações comerciais, péssima qualidade das fazendas, mercadoria comestível expostas à venda, desobediência na tabela de preços quanto às vendas de escravos, pouca regularidade nos navios, esses e demais fatores corroboravam para o aumento de problemas que atrapalhavam o crescimento da colônia. Alguns dos grandes empecilhos para o desenvolvimento do interesse em novos colonos eram fatores ligados à precariedade no porto da Praia Grande, bairro comercial ignorado pela Câmara, além de estar, na época de chuvas, alagadiço, sem higiene e o porto apresentava os mais diversos obstáculos ao longo do século.

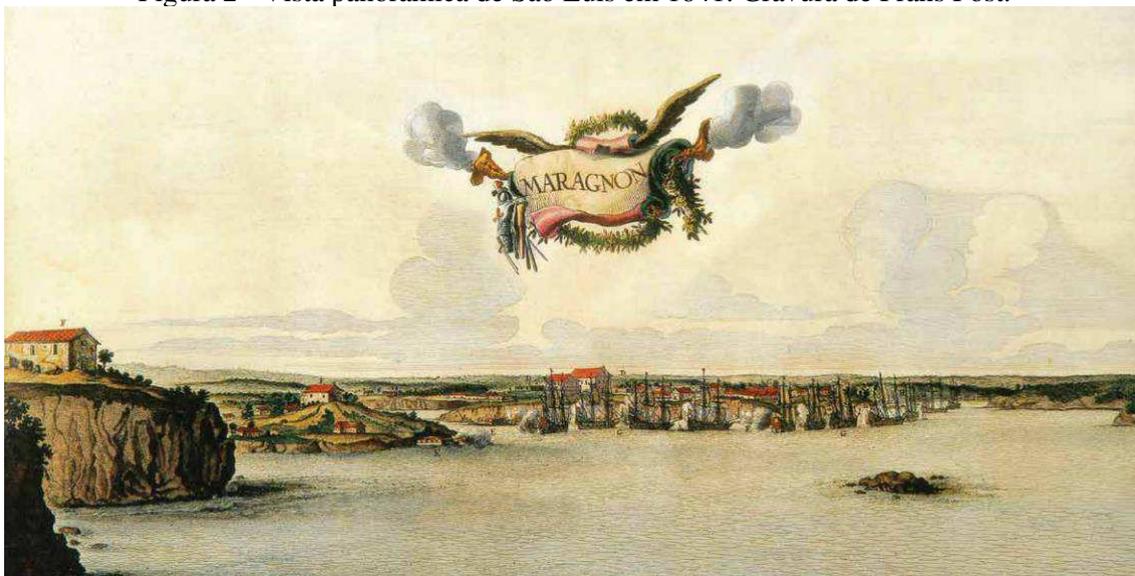
Diante dos fatos, estipulado como medida de povoamento em 1686, a Coroa determinou a transferência de ciganos condenados em Portugal para o Maranhão, além

de medidas de segurança que foram tomadas na ilha com o início a construção do Forte da Ponta D´Areia em 1691 e, em 1693 foram criadas tropas que iniciariam ali suas atividades. segundo Lacroix (2020, pág. 43) foram muitas ordens reais – cartas régias, alvarás e determinação da Câmara do Senado – ao longo dos anos que demonstravam um menor cuidado com a tranquilidade e bem-estar do colono, melhor proveito aos poderosos e maior zelo da Coroa com a segurança do território.

## 2.2 AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E A SOCIEDADE NOS SÉCULOS XVII e XVIII

As primeiras representações da cidadela colonial são datadas do início do séc. XVII, pois devido a reconquista lusitana, muitos artistas, pintores e cronistas por exemplo passam a retratar aspectos da colônia. Embora escasso o acervo pictórico do Maranhão nos séculos XVII e XVIII, algumas obras que aqui ilustravam são emblemáticas e merecem destaque como por exemplo uma vista panorâmica de São Luís no período da invasão holandesa (Figura 1), pintada em óleo sobre tela pelo artista flamengo Frans Post (1612-1680).

Figura 2 - Vista panorâmica de São Luís em 1641. Gravura de Frans Post.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1647.

Destacam-se também as pinturas religiosas, a maioria encomendada a oficinas e pintores estrangeiros. Das remanescentes, permanecem em São Luís seis exemplares da

Paixão de Cristo na Capela do Bom Jesus dos Navegantes e um óleo sobre tela de Nossa Senhora da Penha, capela de São José das Laranjeiras. As artes e os ofícios eram de encargo dos jesuítas, que foram responsáveis pelo ensinamento dos diversos ofícios manuais, pintura, escultura, música e teatro para os índios livres, escravos e noviços brancos portugueses. A maioria das esculturas produzidas nessa época, por conta da necessidade do culto católico, eram figuras religiosas, assim então eram produzidas uma grande quantidade de imagens de santos com características locais específicas, como rostos roliços e largos, farta cabeleira partida ao meio, mechas caídas sobre ombros e costas, olhos pequenos e ligeiramente amendoados. (LACROIX, 2020)

As atividades teatrais e as músicas eram predominantemente sacras, auxiliavam nas missas, sacramentos e demais cerimônias religiosas, visto que, a primeira escola criada em São Luís pelo Jesuíta Luís Figueira, que era destinada a instrução dos colonos portugueses, determinava aos alunos declamar orações, recitar poemas e representar comédias e o teatro produzia uma natureza catequética representando registros do evangelho de forma cênica. No primeiro século de colonização não existia registros de teatro laico, todavia, as festas populares trazidas de Portugal e conservadas pelo saudosismo eram dançadas e acompanhadas por músicas profanas, mescladas com melodias e ritmos africanos e nativos, fruto da miscigenação.

No campo da literatura, destacam-se o frade Claude d'Abbeville e o confrade Yves D' Evreux, que versaram sobre as belezas da natureza maranhense no início do processo de colonização, sobre a qualidade humana dos povos nativos, descrevendo suas virtudes e sobre os trabalhos de expedição aqui realizados, como as missões, os costumes dos nativos e as dificuldades enfrentadas entre os anos de 1612 e 1614. Pelo Maranhão também passou o padre Antônio Vieira, maior destaque do barroco, que primava pelo purismo do idioma português, segundo Lacroix (2020, pág. 65) e autor de vasta obra literária com sermões proferidos por conta de seu trabalho missionário no Maranhão em 1653, escrevia com propriedade a miséria local e a corrupção dos colonos, contrapondo às peças anteriores.

A primeira metade do séc. XVIII foi marcada pela morosidade no desenvolvimento da colônia, a Companhia de Comércio considerada como um frustrado investimento ao crescimento, atrasou o Maranhão mais de meio século em comparação às demais colônias do Brasil. Diante das diversas hipóteses de explicação da indiferença do poder público para com a colônia, se destaca o fator da escassez da população, visto

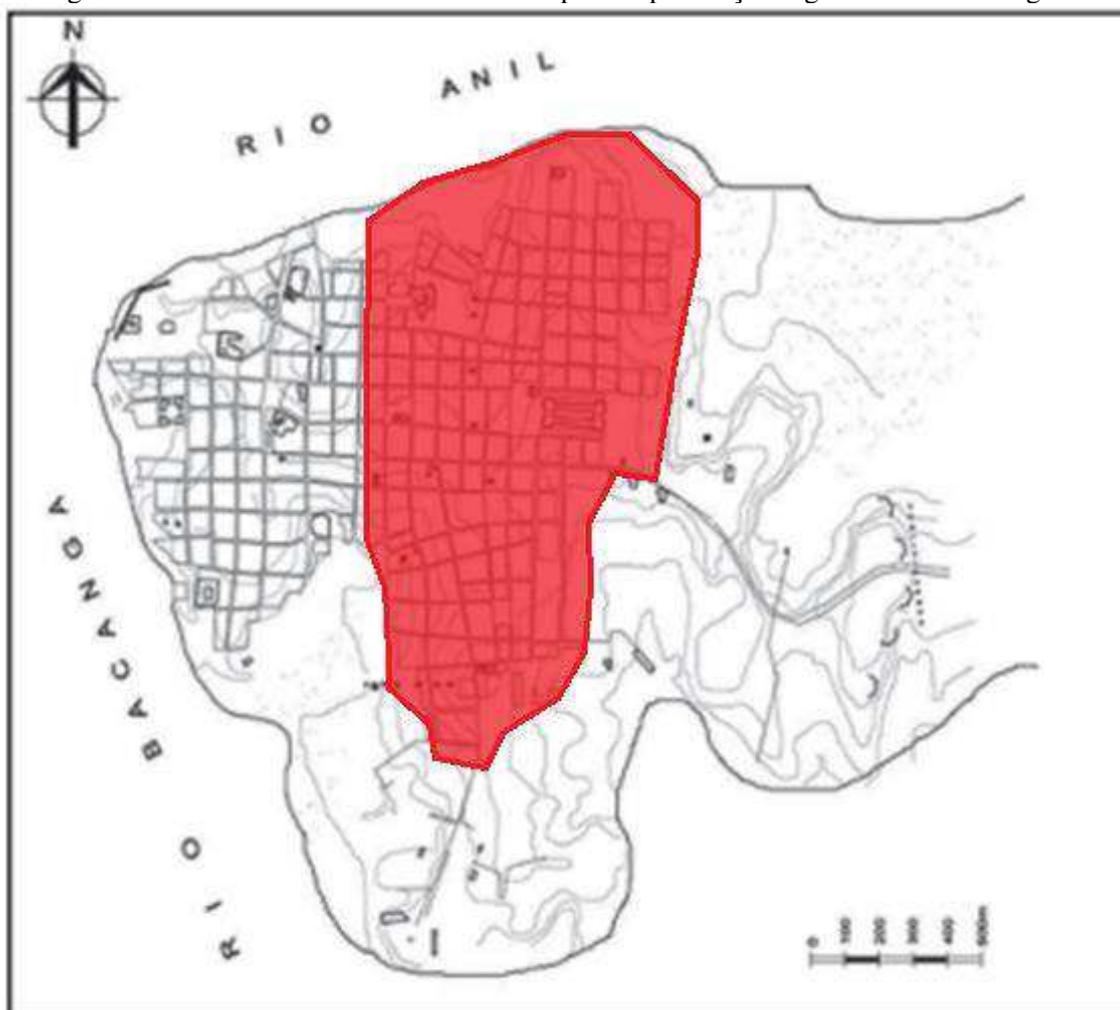
que em 1718 São Luís abrigava 854 habitantes, incluindo brancos, indígenas, mestiços e alguns poucos negros africanos. Ademais a lentidão dos próprios encargos públicos, o governo dificultava a iniciativa privada de civis e clérigos, com destaque para projetos de melhorias de transportes essenciais como o porto e a criação de estradas. O transporte fluvial era precário, dificultando as transações comerciais, deixando a cidade quase isolada, enquanto os navios dependiam da maré por conta da deficiência portuária.

Os princípios da população seguiam os padrões herdados do medievo português que davam aos homens direitos patriarcais, onde seus costumes eram pouco diferenciados do meio rural, em casa eles utilizavam ceroulas e camisas, alguns com signos religiosos no pescoço, enquanto nas recepções e visitas usavam quimão, timão ou chambre. Em retração, as mulheres passavam a maior parte do tempo em seus aposentos, utilizavam roupas bem simples, saias e camisas, sem tamancos. Enquanto solteiras, aprendiam a bordar, costurar, cozinhar e outra habilidades domésticas obrigatórias às moças casadoiras segundo Lacroix (2020, pág. 74). Dentro e fora das casas, a pobreza predominava, o interior das residências abrigava móveis rústicos, adaptados, muitas das vezes sem camas, cadeiras e outra mobílias. E assim ficou evidenciada a primeira metade do século, um regime colonial retrógrado, mesquinho e lento.

Diante dos fatos, fora adotada uma nova política econômica por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro e D. José I que fez com que os mais de cinquenta anos iniciais do século fossem superados. A política condizia com a imigração de colonos açorianos para a Ilha, fator de gerou um aumento demográfico e em 1788 a colônia já contabilizava 16.580 habitantes. Este fato citado anteriormente acarretou no crescimento e diversificação das atividades econômicas, além de mudanças de hábitos na população, valorização do solo urbano com construções e reformas de moradias e casas de comércio em pedra argamassada, cal de sarnambi, óleo de peixe e madeira de lei, executadas por mão de obra negra africana e mestre de obra portugueses. (LACROIX, 2020) Neste período se destacam construções de grande importância como por exemplo, a Fonte do Ribeirão, o Forte de Santo Antônio e Ponte de Alfândega, construídas em 1792, além delas, importante signo e monumento colonial erguido pela cidade em seu ponto central evidenciava o sistema escravista, o Pelourinho. Outro espaço que representava essa opressão foi o Largo da Força Velha, hoje Praça da Alegria, de forma irônica e macabra como citado por Lacroix (2020, pág. 78).

O processo de alargamento do tecido urbano de São Luís foi proporcionado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, assim, os núcleos mais afastados iam se ligando. Nesta primeira etapa de expansão foram abertas 5 importantes ruas, atuais Afogados, do Sol, da Paz, Grande e Santana, terminavam no espaço denominado Campo d’Ourique, onde foi construído o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria, destas ruas desceram transversais para os vales e apicuns vizinhos, que formaram os núcleos de São Pantaleão e Remédios. Deste primeiro conjunto, somente a Rua Grande se alongou, com o nome de Caminho Grande, única estrada que se ligava ao interior da Ilha, passando pelo Alto da Carneira, Areal, pelas terras do João Paulo, chegando às margens do Rio Maioba, futuramente Anil. (LACROIX, 2020)

Figura 3 - Planta de São Luís em 1844: a expansão por adição segundo o núcleo original



■ Área correspondente à expansão urbana até 1844.

Fonte: MARANHÃO, 1997. Com sobreposições da autora, 2022.

No final do século XVIII, a cidade recebe imigrantes europeus e negros de Cachéu Bissau, Guiné e Angola, na África, por conta do seu crescimento e perspectiva econômicos, fator que, também, contribuiu mais uma vez para o aumento demográfico. Conseqüentemente, o perímetro urbano foi alargado e distribuído através de títulos de terra pelo Senado da Câmara, gerando crescimento abrupto e desordenado, com palafitas e casas de cobertura em palha erguidas em meio a sobrados.

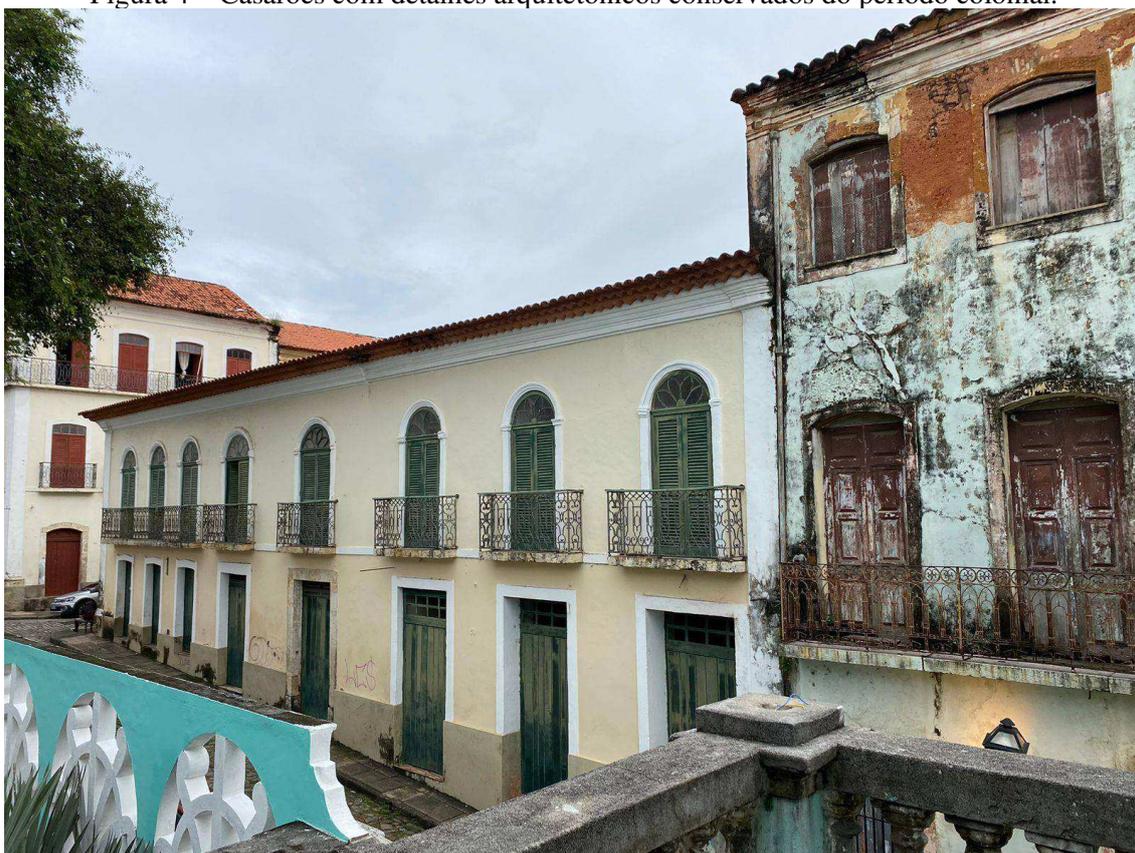
Neste período, o maior fluxo de pessoas e de atividades na cidade se deu pelo fator da expansão do comércio, bons lucros foram alcançados devido ao grande interesse da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em promover a cultura do algodão e do arroz, por exemplo. Além disso, na época da Companhia pombalina aconteceu uma intensa plantação do arbusto denominado anil, no bairro que no futuro herdaria o mesmo nome e também, o incentivo da produção local da seda. Todavia, o grande volume de exportação requeria estrutura adequada no porto, pois em 1784 ainda existiam chãos vazios na Praia Grande, fossos que eram invadidos pela maré e lama, fatores que dificultavam a atividade portuária.

O aumento populacional juntamente com a dinâmica dos negócios e comércio fez com que grandes fazendeiros vissem investimento lucrativo no acréscimo de imóveis na cidade, construindo mais casas. Através das construções, das casas, dos bairros e até na decoração dos interiores das casas era possível enxergar a segregação social presente na colônia. Aos ricos, solares com baús, camas, armários, cômodas e de até cinco gavetas, cristaleiras, oratórios com santos no estilo barroco, relógios, vasos de cristal, entre outras peças luxuosas e decorativas. Às famílias de menor estatura, a diferença se dava pela quantidade e valor das peças, por exemplo, ao invés de couro, madeira nobre e cristais, em suas casas podiam-se observar objetos e móveis em madeira da terra, utensílios de ferro, arame, latão, casquilho, vidro e pó-de-pedra. (LACROIX, 2020)

Em contraposição, aqueles remediados, cabia somente o essencial e mais simples para seu descanso, além de objetos em material inferior em ferro e arame, enquanto pobres e escravizados, moravam em casas de madeira coberta por palha, possuíam por vezes uma panela, um tacho e uma caixa para guardar miudezas, dormiam em redes baratas com uma coberta. A forma de viver, os pertences e os modos delimitavam as distâncias sociais dos habitantes de São Luís, era claramente distinguível, os prósperos, os remediados e os pobres.

Além do desenvolvimento nas atividades econômicas, crescimento populacional, outro fator gerado pelo processo de colonização na primeira metade do século XVIII, também se abriu espaço para pessoas vocacionadas às artes, com destaque para José Luís da Rocha, um dos artistas percursores no Maranhão, a quem é atribuído os desenhos das fontes das Pedras e do Ribeirão. No campo das artes, se destacam as pinturas, principalmente os retratos pintados a óleo. Na arquitetura, é notória a preocupação do profissional arquiteto setecentista, as casas e sobrados se diferenciavam pelos variados tipos de arcos e adornos nas portas e janelas, nas bandeiras, nos rendilhados de ferro nas sacadas e que somente no século seguinte passaram a ter azulejaria em suas fachadas.

Figura 4 – Casarões com detalhes arquitetônicos conservados do período colonial.



Fonte: AUTORAL, 2022.

### 2.3 A ARQUITETURA E O URBANISMO LUDOVICENSE NO SÉC. XIX

Ao analisar o processo de evolução urbanística de São Luís, levando em consideração os fatores populacionais, econômicos, socioculturais, institucionais e

locacionais, tanto internos quanto externos, levam a uma divisão de fases e uma divisão clara de tipos de urbanização, como exemplificado por Burnnet (2008) na Tabela 1. Ele destaca a Urbanização Tradicional, que corresponde aos quatro primeiros períodos, de 1615 a 1965, fase que corresponde ao recorte de tempo de implantação e consolidação da cidade, e o Urbanismo Modernista, que se inicia em 1965, marcada por grandes projetos nacionais e a urbanização fordista, se estendendo aos anos 2000.

Tabela 1 - Urbanização de São Luís: períodos para análise.

PERÍODOS		FATORES			
		Populacionais Socioculturais	Econômicos Financeiros	Políticos Administrativos	Locacionais Espaciais
Urbanização Tradicional	1615 a 1750	Início e consolidação da ocupação portuguesa	Núcleo urbano sem funções econômicas significativas	Cidade de conquista, base para penetração no interior	Implantação do forte francês e traçado de Frias de Mesquita
	1750 a 1820	Empresas estrangeiras e migração açoriana	Cia. Geral do Comércio e a produção algodoeira	Alternância com Belém como Capital da Província	Valorização da Praia Grande e expansão do traçado de Frias
	1820 a 1900	Baixo crescimento populacional e divisão social do espaço	Expansão industrial e consolidação do parque têxtil	Independência do Brasil e Maranhão Capital da Província	Pólos industriais de urbanização e os códigos de postura
	1900 a 1965	Novos pólos no interior do Estado e baixo crescimento populacional	Estagnação econômica e integração à economia nacional	Governo republicano e a intervenção de Paulo Ramos	Renovação do centro e plano de expansão de Ruy Mesquita
Urbanização Modernista	1965 a 1980	A migração como principal fator de crescimento populacional	O BNH e os grandes projetos nacionais em São Luís: Alumar/CVRD	Governo José Sarney, modernização administrativa e Governo Militar	Novo eixo de expansão, agregação territorial e PD 1977
	1980 a 2000	Migração interna rural e ocupação ilegal de áreas urbanas	Suspensão de financiamentos e carência de recursos privados	Democratização e eleições municipais	Consolidação dos pólos residenciais de alta e baixa renda

Fonte: BURNNET, 2008.

Durante o primeiro ciclo econômico, a cidade passou por diversas melhorias voltadas a infraestrutura e urbanismo, melhorias essas que foram executadas ao longo do séc. XIX, destacam-se entre elas: o calçamento das ruas, a implantação do Cais da Sagração, a reurbanização das primeiras praças da cidade e melhorias na iluminação pública. Todavia, o início do século foi marcado pela instabilidade política e econômica devido à crise no sistema agroexportador, já que a cidade ainda possuía infraestrutura adequada para atender as atividades mercantis, principalmente na área portuária, causando a recuperação da produção americana de algodão e a pressão inglesa pelo fim da escravidão. Já na segunda metade do século as atividades econômicas voltam a ser impulsionadas pela criação dos institutos de crédito, os bancos, que se localizavam na Rua do Giz, nessa época conhecida como rua dos bancos. (LOPES, 2008)

O Maranhão então adere à Independência do Brasil e São Luís se torna capita da província, abrigando em 1840, seis fábricas de pilar arroz, duas prensas de algodão, três fábricas de sabão e vela, vinte e duas de cal, oito olarias e seis tipografias. Além disso, em 1854, acontece a criação da Companhia de Confiança Maranhense que tinha como objetivo a construção de um grande edifício com várias lojas comerciais, no local que antes sediava o Mercado das Tulhas. Então, por volta de 1861, a Praia Grande passa a ser uma área de comerciantes abastados, onde existiam armazéns, lojas de fazendas, tipografias, quitandas, barracas, boticas e diversas outras atividades comerciais da época, enquanto as atividades de comércio varejista se localizavam na Praça João Lisboa e o atacadista instalado da Rua Cândido Mendes até o Bacanga.

Como citado anteriormente, o crescimento do volume de negócios e o aumento de comerciantes impulsionaram os colonos mais ricos a promoverem benefícios à cidade, o que resultou em um processo de expansão e embelezamento urbano. É nesse período que são levantados sobrados de estilo colonial que seguiam um padrão, destinados a comércio e residências, criando assim um conjunto que conferia monumentalidade, antes destinadas somente à palácios e que se destaca até os dias atuais. Os sobrados possuíam ricos adornos, vindos de Portugal, e tinham de dois até quatro andares, alguns com mirantes e muitos deles eram revestidos por azulejaria portuguesa, piso em pedra lioz tralhada em cantaria, sempre presente em seus balcões e varandas herdadas dos árabes. (LACROIX, 2020)

Figura 5 - Vista da Rua Portugal, Praia Grande, São Luís: o conjunto de sobrados azulejados, resultantes da verticalização provocada pela valorização do solo.



Fonte: CUNHA, 1992.

Os maiores sobrados possuíam até cinco portas, sua entrada se diversificava das demais por algum detalhe em cantaria e este antecedia o vestíbulo, local que ligava às áreas internas da edificação à área externa sendo, nos sobrados mais luxuosos, revestidos no chão por desenhos em lioz e seixo rolado. Suas escadas tinham corrimões em madeira arredondada e eram sustentados por colunas em madeira ou rendados em ferro, dando acesso aos pavimentos superiores por degraus feitos em pau santo. Sua ocupação se dividia da seguinte forma: o térreo era reservado para o comércio de lojas armazéns e depósitos, o primeiro pavimento possuía vão amplos e era destinado à residência da família, o segundo pavimento contendo a mesma divisão do primeiro destinava-se à residência dos caixeiros e hospedava fregueses, viajantes ou pessoas amigas vindas de fora da província e por fim, no porão moravam os escravos.

Como destacado por Lacroix (2020, pág. 105) a funcionalidade dos casarões estava muito ligada à estética. Seus ósculos com grades nas cozinhas funcionavam como forma de aeração, fonte de luz natural e garantia beleza nos detalhes, os vidros coloridos nas bandeiras das portas e janelas filtravam a luz solar e os forros com desenhos intercalados com as treliças permitiam aeração dos ambientes. Nos sobrados também

existiam os mirantes, que funcionavam para controle e sinalização às embarcações por interesse comercial, e ao mesmo tempo ofereciam iluminação e ventilação para a parte central do imóvel, em alguns casos ele também funcionava como local de repouso e isolamento para doentes e donzelas voluntariosas. Outro ambiente presente na funcionalidade dos sobrados era o cômodo destinado a vaza da casa, e que os dejetos da casa eram transportados em cabungos pelos escravos até a maré. Os banheiros, chamados de quarto de banho, possuíam “baciões” para banhos de cuia ou por imersão, as vezes localizado no quintal próximo ao poço.

O negro fazia relação direta com a arquitetura fazendo parte da paisagem, fazia o papel do esgoto, do abastecimento de água quente ou fria para os banhos, ventilação, além dos transportes de objetos. As senzalas por sua vez variavam dependendo da estrutura do sobrado em que estavam localizadas, eram instalações que expressavam o número de escravos e de pessoas mais ou menos abastadas. Se tratava de construções rústicas, retangulares, feitas em taipa, com cobertura em palha nos fundos do quintal o outro modelo em que fosse possível acorrentar o negro.

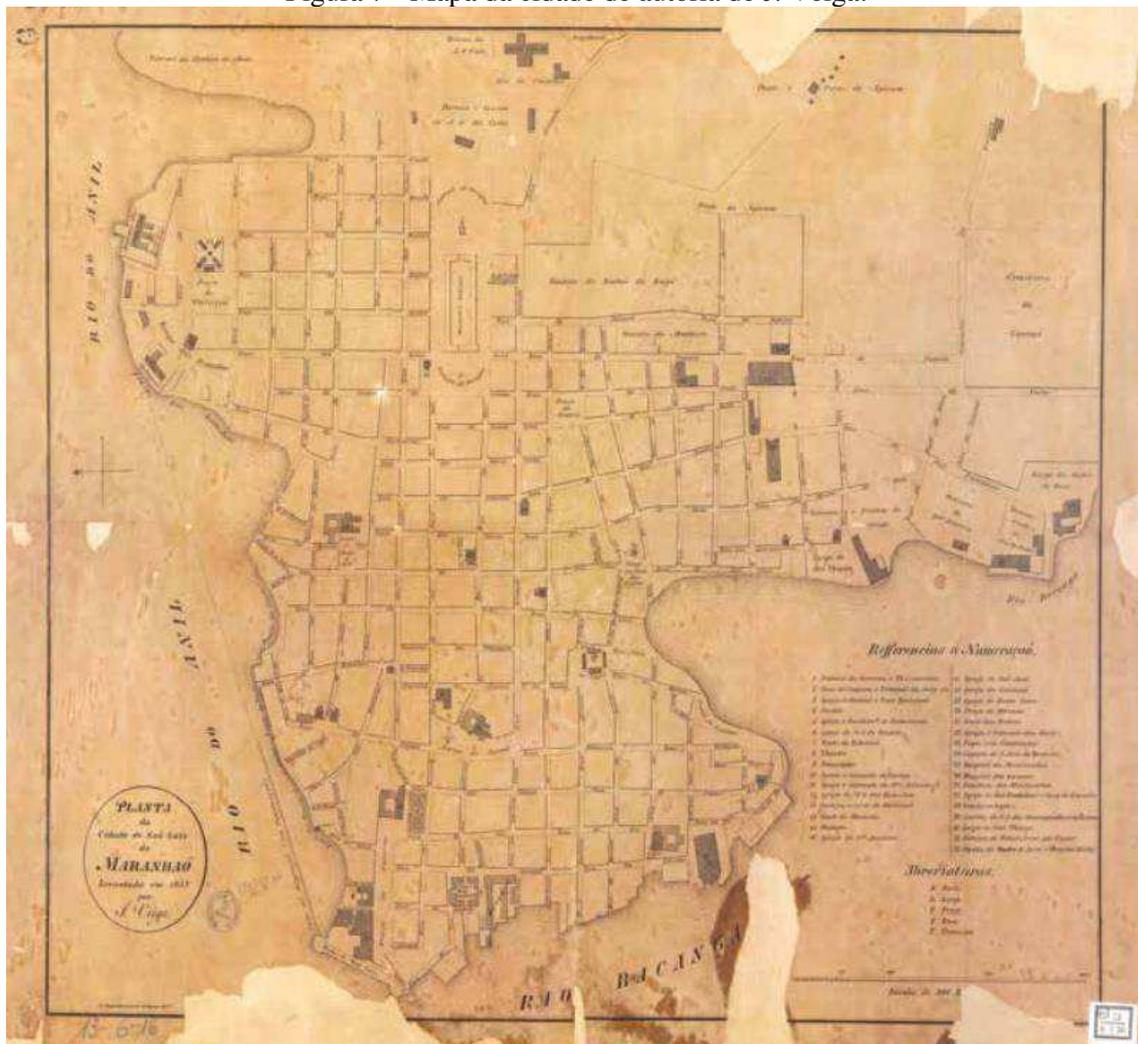
Figura 6 - Réplica do Pelourinho assentado no adro do Carmo, em 1815. Museu Da Cafua



Fonte: AUTORAL, 2022.

Para as extensões além da Praia Grande, outros locais tiveram, além dos sobrados, casas térreas grandes com divisões internas que se assemelhavam às dos sobrados, mas com o acréscimo de quintais com árvores frutíferas, em que o verde dos quintais amenizava o calor e deixava o clima da cidade mais ameno. O crescimento da construção civil preenchia com o passar do tempo os terrenos vazios, de forma a delimitar de maneira mais clara as ruas como bem representada por J. Veiga, em uma planta da cidade por ele elaborada.

Figura 7 - Mapa da cidade de autoria de J. Veiga.



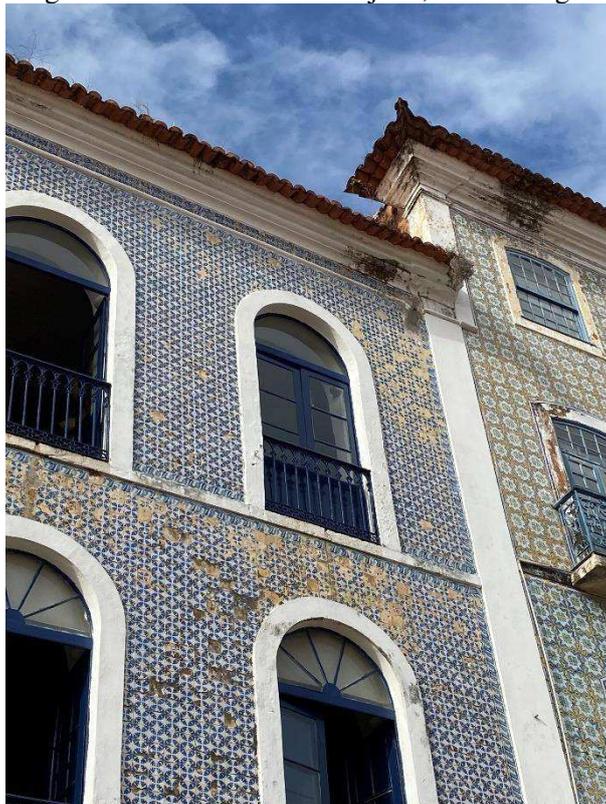
Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, 1860.

O tipo de moradia era congruente ao grupo social e às definições de trabalho. O escravo de aluguel ou remunerado por trabalho na rua, optava muitas das vezes pela moradia de aluguel. Os pedreiros, lavadeiras, carpinteiros, carregadores, vendedoras de tabuleiro, habitavam pequenas casas em terrenos mais afastados e alagadiços, enquanto

os mais nobres, comerciantes e lavradores buscavam mostrar sua estatura social através da moradia, em uma competição de quem erguia o mais belo sobrado. Dessa forma, exibiam seu poder econômico por meio da riqueza de detalhes construtivos e principalmente pela azulejaria em toda fachada, que garantia importante significado de grandiosidade e sobriedade a qual buscavam.

O conjunto arquitetônico de estilo colonial português, caracterizado pela azulejaria, sacadas com balaústres rendados em ferro forjado, suas esculturas em cantarias nos portais, portas e janelas e demais detalhes decorativos são fruto da expansão urbana provocada pelo aumento da população e dos negócios neste período. O séc. XIX é caracterizado por ser o século dos azulejos, pois depois de serem abandonadas as regras pombalinas de economia nas obras, a moda dos azulejos na fachada toma lugar das fachadas simples pintadas em ocre, onde os azulejos só eram colocados nas paredes internas das casas. O recorte de anos de 1808 e 1856 foi o mais movimentado em relação a importação de azulejos, soleiras e portais de cantaria, e de profissionais especializados que supervisionavam o trabalho braçal feito pelos escravos na construção civil.

Figura 8 - Sobrado com azulejaria, Rua Portugal.



Fonte: AUTORAL, 2022.

A exuberância proporcionada pelo conjunto arquitetônico colonial que ia tomando força, se contrapunha à falta de calçamento na maioria das ruas que se contrapunha ao casario, já que o processo de calçamento das ruas foi vagaroso. Apesar dos problemas urbanos, a coleção de casarões adquiria enorme força plástica, com revestimentos decorativos e de fácil limpeza. Assim, se criava no imaginário popular maranhense uma fartura e abundância da terra, fruto da visão edênica dos capuchinhos franceses, reforçada pela literatura dos viajantes, formando o discurso da identidade local, os hábitos e a mentalidade sobre São Luís.

### **3 CULTURA E PATRIMÔNIO: CONCEITOS E DIÁLOGOS**

O presente capítulo apresenta conceitos das áreas de referência em que este trabalho apoia sua construção, sendo eles: Arquitetura e Urbanismo, Turismo, Cultura, Patrimônio e História. Desta maneira, apresenta a interdisciplinaridade desses campos de estudo, a fim de expandir as possibilidades de produção intelectual, interpretação sobre a temática e estabelecer relações entre eles, com foco na arquitetura patrimonial e o turismo cultural. Trata-se de uma dimensão que ainda está a se estruturar, e que não se limita a recortes específicos disciplinares tradicionais da Arquitetura e Urbanismo e do Turismo.

#### **3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

A compreensão do significado de cultura é diversa e representa muitas áreas da sociedade, para <sup>2</sup>Ruth Benedict, a cultura é uma lente através da qual o homem vê o mundo, nasce, cresce e age num ambiente culturalmente construído. Já as teorias enxergam a cultura como um sistema adaptativo e são defendidas por neoevolucionistas, como Leslie White, Sahlins, Carneiro, entre outros, e estes resumem os principais pensamentos dessa linha teórica, bem exemplificados por Almeida (2010, pág.15), como:

- 1) As culturas compõem-se de sistemas que servem para adaptar as comunidades

---

<sup>2</sup> Ruth Fulton Benedict (Nova York, 1887-1948) foi uma escritora e antropóloga norte-americana cujo estudo construiu pontes entre a psicologia e antropologia.

humanas aos seus embasamentos biológicos; 2) A mudança cultural pode ser comparada ao processo de adaptação da seleção natural; 3) Os elementos de organização social, a economia de subsistências e a tecnologia estão ligadas à produção compõem o domínio mais adaptativo da cultura; 4) Os componentes ideológicos dos sistemas culturais podem ter como consequência adaptativa a manipulação da população, da economia e influenciar a preservação ou não de bens naturais.

Existem também as teorias idealistas da cultura, essa por sua vez possui três linhas majoritárias, a primeira fala da cultura como sistema cognitivo, ou seja, a análise da cultura realizada pelos próprios membros da comunidade a respeito do seu modo de vida, a segunda tendo a cultura como sistemas estruturais, um sistema simbólico formulado a partir da criação acumulativa da mente humana e a terceira que diz respeito à cultura como sistema simbólico, na qual a cultura seria um conjunto de mecanismos de controle para governar os comportamentos. Essas teorias idealistas possuem como representantes W. Goodenough, Claude Lévi-Strauss e Clifford Geertz/David Schneider.

A cultura, independentemente de sua linha teórica, está presente no cotidiano da sociedade, para Hall (2006), teórico cultural, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, a identidade cultural é uma comemoração móvel e não fixa, uma relação que é mantida juntamente com os sistemas culturais, definida historicamente e não biologicamente. O ser humano encontra-se imerso em um ambiente cultural em constante mudança, potencializado pelos avanços da tecnologia e da internet, que revolucionaram e transformaram os modos de vida em sociedade, no meio ambiente e nas relações.

Além da noção de cultura, outra ciência que, estuda o passado através da atividade humana, importante a ser considerada, é a História. É certo então que não existe história sem os homens, e esta tem um papel muito importante em sociedade como mediadora de todas as questões presentes, através dela é, também, possível identificar os elementos relevantes do passado, as tendências e os problemas, segundo Erick Hobsbawn (2009), um dos maiores historiadores do mundo. A partir desta reflexão, pode-se concluir que uma das maneiras de conectar o homem a todos os tempos, presente, passado e futuro, é a preservação da memória e dos lugares de memória, já que a identidade cultural abrange a preservação da memória e nela está intrínseca o patrimônio cultural.

Com a finalidade de formular o conceito de Patrimônio Cultural conhecido na atualidade, foi a partir da Convenção da Unesco para Proteção do Patrimônio Mundial

que este conceito foi definido, assim como seu principal objetivo, que é identificar e proteger sítios culturais e naturais em todo globo terrestre (UNESCO). No sentido de legitimar o acesso à cultura, educação e proteção ao meio ambiente, o conceito de patrimônio foi ampliado e consiste em evidenciar que são comuns e de direito à toda humanidade os bens culturais e naturais que podem e devem ser preservados. São eles, diferenciados pela UNESCO, o Patrimônio Cultural que significa monumentos, grupos de edifícios e sítios que possuem valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico, e o Patrimônio Natural que representa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats e espécies animais e vegetais ameaçadas e zonas que tenham valor científico de conservação ou estético. (ALMEIDA, 2010)

O Patrimônio Cultural material faz referência ao bem cultural concreto que pode ser visto e tocado, seu conceito está definido no Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira. É constituído patrimônio cultural brasileiros os bens de natureza material e imaterial, e isso inclui as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Cada lugar do mundo possui bens considerados bens culturais móveis e imóveis de grande importância para o seu patrimônio, como por exemplo, as obras de arte e de arquitetura, documentos etnológicos, manuscritos, livros, espécimes-tipo da fauna e da flora, coleções científicas, entre outros itens. (UNESCO,1995)

A proteção, citada anteriormente, para com os bens culturais materiais se dá por meio de instrumentos como inventário, desapropriação, tombamento, sentença judicial, lei de zoneamento, etc. São instrumentos com a finalidade de identificar os bens e meios legais para que o bem possa se tornar um exemplo do patrimônio cultural. O tombamento por exemplo, faz referência ao registro dos bens e é um procedimento de ordem administrativa. O processo de tombamento pode ser solicitado por qualquer cidadão a partir da observação da legislação pertinente, mas a efetivação desse instituto jurídico fica sob responsabilidade do poder administrativo nas suas instâncias municipal, estadual ou federal, embora em casos que o bem é proposto como Patrimônio da Humanidade, a chancela é a cargo da UNESCO.

Atualmente existem oito tipos de tombamento, onde os três primeiros estão estabelecidos pelo decreto nº25 de novembro de 1837. O primeiro consiste no

**tombamento de ofício**, realizado em bens que pertencem à União, aos Estados e Municípios, o segundo tipo é o **tombamento voluntário**, quando corresponde a propriedades privadas que são solicitados/aceitos pelos proprietários e o terceiro, que se difere do voluntário é o **tombamento compulsório**, onde não há concordância com o proprietário. Existem também, o **tombamento provisório**, aquele em que o proprietário é notificado para tomar ciência do processo de tombamento e se manifestar a respeito, o **tombamento definitivo** que ocorre quando o processo se finaliza e o bem tombado é inscrito no livro do tomo.

Além dos casos citados, existem o **tombamento geral** e o **tombamento individual**, o primeiro faz referência a bens que estão dispostos em conjunto, tais como acervos de museus, uma biblioteca ou um conjunto urbano e o segundo como o próprio nome exemplifica, trata-se de um bem individual, como um livro ou um artefato. Por fim, existe o **tombamento indireto**, que é a desapropriação de um bem de valor cultural que ocorre de acordo com o interesse do Poder Público tendo base no Decreto-Lei 3.365/41.

Do mesmo modo, tem-se a noção de Patrimônio imaterial, que é tudo aquilo que, reconhecidamente, tem valor para uma comunidade, mas que é invisível, é impalpável e abstrato. Atualmente, o documento mais recente em âmbito mundial que protege o patrimônio imaterial é a Recomendação de Paris 2003, uma carta patrimonial, promovida pela UNESCO. As questões de salvaguarda do patrimônio cultural envolvem ações de reconhecimento, respeito e valorização através da educação, fortalecimento das capacidades e incentivo a transmissão dos conhecimentos de maneiras não-formais. No âmbito nacional, existe o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que, através do Decreto nº3551/200 tem como objetivo viabilizar projetos de identificação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial, possuindo estabelecidos pelo decreto para registros de bens culturais imateriais.

O órgão máximo da proteção do patrimônio cultural em nível federal no Brasil é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), acima dele na hierarquia somente a UNESCO, que atua em âmbito mundial salvaguardando os bens do Patrimônio Mundial. O IPHAN tem como objetivos norteadores fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, preservar e revitalizar monumentos, sítios, bens móveis do país. Sua atuação é verificada em cerca de 21 mil edifícios tombados, 9.930 sítios arqueológicos, 79 centros e conjuntos urbanos, mais de um milhão de objetos, que incluem acervos museológicos, aproximadamente 834 mil volumes bibliográficos, documentação

arquivística e registros fotográficos e videográficos, além do cuidado na preservação e manutenção do título dos bens do Patrimônio Mundial. Sua forma de atuação também se dá através de projetos em parceria com órgãos Internacionais, nacionais, Estado, Prefeituras e Iniciativa privada, todos com o objetivo principal da preservação do patrimônio cultural tanto material quanto imaterial.

No Brasil, os principais instrumentos de preservação do patrimônio cultural são a Legislação Brasileira e as Cartas Patrimoniais. As principais leis que abordam o patrimônio cultural em âmbito federal são: **acessibilidade aos bens culturais; apoio à cultura, arquivos públicos e privados; comércio e exportação de bens culturais; educação ambiental; museus; patrimônio arqueológico; patrimônio bibliográfico; patrimônio espeleológico; patrimônio imaterial; patrimônio turístico; remanescentes de quilombos e tombamento;** exemplificado por Almeida (2010, pág. 57). No que diz respeito ao acesso à bens culturais a Instrução Normativa IPHAN 01/2003 garante o acesso aos bens culturais imóveis acautelado em nível federal. Existe também a lei de apoio à cultura – 8.313/91 bastante comentada que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC).

Ao que se refere às Instituições museológicas, existe o decreto 5.264 que institui o Sistema Brasileiro de Museus. E, ainda tratando dos diversos tipos de patrimônio cultural, o patrimônio arqueológico (lei n °3.924/61 e Lei 7.542/86), o patrimônio bibliográfico (decreto 520/92 e lei 10.994/2004), o patrimônio espeleológico (portaria IBAMA 887/90 e o decreto 99.556/90), o patrimônio paleontológico (decreto-lei 4.146/42), o patrimônio turístico (lei 6.513/77) e o patrimônio imaterial (decreto 3.551/2000). Quanto a questão do processo de tombamento, o decreto-lei 25/37 organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Já o decreto-lei 3.866 dispõe sobre o cancelamento do tombamento. Por fim, as leis 6.292/75 e 10.413/2002 determinam sobre o tombamento de bens no IPHAN e do tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização. (ALMEIDA, 2010)

As cartas patrimoniais por sua vez, representam a reunião dos principais documentos, cartas e recomendações que possuem enfoque na proteção do patrimônio cultural em âmbito nacional e internacional. A relação atualizada dessas cartas é disponibilizada através do IPHAN, o compilado delas constitui instrumento essencial para todos aqueles que se relacionam com o tema patrimônio cultural, sendo esses, professores, advogados, moradores de bens tombados, estudantes, organizações

governamentais ou não, afins ao IPHAN ou qualquer cidadão. Inicialmente, as cartas patrimoniais tratavam de assuntos como noção de monumento e seu entorno, posteriormente a noção apresentada como preservação do patrimônio cultural se ampliou para arquitetura, restauros e sítios urbanos, em seguidas algumas outras questões passaram a tomar relevância, como arqueologia e comércio de bens.

A Tabela 2 apresenta a relação de algumas cartas patrimoniais e suas informações como data, local, entidade promotora e assunto referente às mesmas.

Tabela 2 - Relação Cartas Patrimoniais

CARTA PATRIMONIAL	LOCAL/ ENTIDADE PROMOTORA/ DATA	ASSUNTO
1 – Carta de Atenas	Atenas/ Sociedade das Nações/ Outubro de 1931	Proteção a monumentos
11 – Carta do Restauro	Itália/ Ministério da Instrução Pública do Governo/ 06 de abril de 1972	Restauro
12 - Declaração de Estocolmo	Estocolmo (Suécia)/ ONU/ 05 a 06 de junho de 1972	Meio Ambiente
13 – Recomendação de Paris 1972	Paris/ UNESCO/ 16 de novembro de 1972	Patrimônio Mundial
15 – Declaração de Amsterdã	Amsterdã/ Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu/ outubro de 1975	Patrimônio Arquitetônico
17 – Carta do Turismo Cultural	Bruxelas (Bélgica)/ ICOMOS/ 08 a 09 de novembro de 1976	Turismo Cultural
19 – Carta de Machu Picchu	Machu Picchu/ CIAM/ dezembro de 1977	Preservação urbana
21 – Carta de Florença	Florença (Itália)/ Conselho Internacional de Monumentos/ maio de 1981	Monumentos e Sítios Arqueológicos
24 – Declaração do México	México/ UNESCO/ 1982	Políticas culturais
25 – Carta de Washington 1986	Washington/ ICOMOS/ 1986	Cidades Históricas
26 - Carta Petrópolis	Petrópolis/ 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos/ 1987	Centros Históricos
30 – Recomendação Paris 1989	Paris/ UNESCO/ 15 de novembro de 1989	Cultura Tradicional e Popular
31 – Carta de Lausanne	Lausanne/ ICOMOS/ ICAHM/ 1990	Patrimônio Arqueológico
33 - Conferência de Nara	Nara (Japão)/ UNESCO/ ICCROM/ ICOMOS/ 06 de novembro de 1994	Patrimônio Mundial
41 – Recomendação Paris 2003	Paris/ ONU/ outubro de 2003	Patrimônio Imaterial

42 – Carta de Pero Vaz de Caminha	Brasil – Portugal/ 1500	Primeira obra literária brasileira. Relata o descobrimento e descreve os primeiros contatos com a terra e seus primeiros habitantes.
-----------------------------------	-------------------------	--

Fonte: ALMEIDA, 2010

Como mencionado anteriormente, o IPHAN representa a principal instituição de proteção de bens culturais no Brasil, dessa forma, a fim de salvaguardar esses bens, existem no IPHAN, quatro livros do Tombo, são eles: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. E estes, estão divididos entre bens imóveis, como sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais; e móveis como acervos museológicos, bibliográficos, documentais, coleções arqueológicas, dentre outros. Dentre os bens materiais que são protegidos pelo IPHAN, destacam-se os sítios urbanos, o patrimônio arqueológico e jardins históricos, parques e paisagens.

Os sítios urbanos simbolizam as unidades do espaço urbano que compõem um conjunto homogêneo no que se refere às suas características arquitetônicas, seu reconhecimento é considerado recente, pois precocemente apenas edifícios isolados eram foco de preservação e tombamento. Foi somente a partir da Carta de Washington de 1986, que diz que os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem. Esse caráter é definido por um conjunto de elementos e qualquer ameaça aos mesmos comprometeria a autenticidade da cidade histórica, são eles: a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento; as relações entre os vários espaços urbanos; a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior) tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com seu entorno; as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história.

Um dos instrumentos que consiste em ações educativas que buscam a valorização do patrimônio cultural através da apropriação e investigação dele, é a **educação patrimonial**. Seu objetivo é despertar nos cidadãos de todas as faixas etárias o interesse pela herança cultural através de um processo ativo de conhecimento, apropriação e produção de conhecimentos que os fazem inseridos na própria criação cultural, e isso consiste em um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado do Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e

coletivo. Este processo de conhecimento acerca do patrimônio desperta o sentimento de pertencimento e identidade cultural dos grupos sociais e que, conseqüentemente, os fazem sentir responsáveis pela preservação de sua herança cultural, por esse motivo a abrangência da educação patrimonial deve se estender a todos os setores da sociedade como em ONG's, órgãos públicos, associações de bairro, entidades de classe, empresas privadas, entre outros.

Sua metodologia se baseia na autonomia intelectual do educando em identificar os objetos do patrimônio cultural, onde o educador tem o papel de facilitador, esclarecendo conceitos que despertem nos alunos o reconhecimento do patrimônio através da investigação e descoberta. Os objetos culturais em questão que podem ser foco de estudo são os mais diversos possíveis, contando com paisagens naturais, objetos isolados, parques, comemorações, festas, formas de cultivo, sítios históricos, entre outros. Além disso, as etapas metodológicas da educação patrimonial são bem definidas pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial (1999)*, são elas: etapa de observação, registro, exploração e apropriação, bem exemplificadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Etapas da Educação Patrimonial

ETAPAS	RECURSOS/ ATIVIDADES	OBJETIVOS
1) Observação	Exercícios de percepção visual/ sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, mediação, anotações, comparação, dedução, entre outros	- Identificação do objeto/ função/ significado; - Desenvolvimento da percepção visual
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas	- Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; - Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	- Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação	- Envolvimento afetivo, internalização,

	em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	desenvolvimento da capacidade de autoexpressão, apropriação, participação educativa, valorização do bem cultural
--	---	--

Fonte: GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 1999.

### 3.2 TURISMO CULTURAL: CARTA DE TURISMO CULTURAL DE 1976 - ICOMOS

A cultura manifesta, ela é diversa e potente, foge das possibilidades e causa até estranhamento. Dentro da sociedade moderna, marcada pelas relações capitalistas, lidar com essa diversidade é possível de duas maneiras, a primeira por meio da indústria cultural, que transforma as expressões em algo palatável, o que é chamado de “gosto médio”, onde se pesa a alteração do consumo dos produtos, retirando aquilo que é estranho a esse gosto médio. A outra forma de enquadramento surge na intensa curiosidade sobre o mundo e os homens em possibilidade de viagens de conhecimento, e essas viagens na modernidade são tratadas como turismo, surgindo assim o turismo cultural, onde os fenômenos naturais e culturais tornam-se “atrações”. Partindo deste princípio, a visita a lugares e objetos marcados pelo homem, pelo sagrado ou outras manifestações de uma dada comunidade, representam uma nova forma de conhecer e vivenciar o lugar em questão.

Ou seja, o turismo cultural representa um deslocamento turístico praticado em localidades que possuem espaços e territórios detentores de algum ou vários elementos culturais, históricos e patrimoniais. Comumente, trata-se de territórios que preservam monumentos, sítios históricos, complexos arquitetônicos ou qualquer outro símbolo desta natureza. Existem diversas modalidades de turismo cultural que podem estar ligadas a atividades como eventos artísticos, culturais, educativos, informativos e até de natureza acadêmica, sua principal característica é a interação mais intensa entre o turista e o grupo que habita a localidade turística. Essa atividade cresce a cada dia mais, e atualmente pode-se dizer que além de oferecer entretenimento, funciona como mecanismo de ampliação do conhecimento e da cultura do turista. Além disso, o turismo cultural pode ser subdividido em algumas categorias, sendo elas: turismo científico (jornada de pesquisa e estudos);

turismo de congresso (intercâmbio de conhecimentos entre imigrantes de uma mesma área ou profissão); turismo cívico, religioso, místico/esotérico e étnico, entre outros.

O termo turismo, derivado da palavra *tour*, traz na sua origem etimológica, a matriz do radical latino *tornus*, do verbo *tornare*, cujo significado é “giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida”. Antes mesmo da sua origem latina, a palavra *tour* já era encontrada no hebraico antigo, como expressão designativa de “viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento”, usada como indicativo de viagem turística no Livro dos Números, capítulo XIII, versículo 2. (ANDRADE, 1997, p. 30-31) Antes mesmo da sua origem latina, a palavra *tour* já era encontrada no hebraico antigo, como expressão designativa de “viagem de exploração, de descoberta, de reconhecimento”, usada como indicativo de viagem turística no Livro dos Números, capítulo XIII, versículo 2. (ANDRADE, 1997, p. 31)

Embora o turismo sempre estivesse vinculado ao “conhecer”, foi somente a partir dos anos 70, quando a UNESCO desenvolveu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e propôs conservá-lo, que o turismo teve seu auge em todo mundo, principalmente na Europa, pois nela está concentrada maior quantidade de lugares declarados Patrimônio da Humanidade no mundo. Foi criada então em 1876, pelo Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS), a Carta de Turismo Cultural, ela define conceito e entre eles o de Turismo Cultural, como sendo uma forma de turismo com o objetivo de fornecer conhecimento de monumentos e sítios históricos-artísticos, o que se mostra um elemento positivo nas relações humanas, econômicas e sociais, e representando cerca de 37% do total desse setor, a cultura é um dos motores do crescimento do turismo.

A partir do conhecimento do conceito principal do Turismo Cultural é possível extrair deste os impactos positivos e negativos, também frisados na Carta de Turismo. Positivamente ele contribui, satisfazendo seus próprios fins, na manutenção e proteção dos monumentos e sítios histórico-artísticos, justificado pelos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada. Embora, independentemente da quantidade de benefícios e os diversos âmbitos que eles influenciem, não se desligam dos efeitos negativos, sendo eles causados pelo uso massivo e descontrolado dos monumentos e dos sítios, e para combater esse efeito é necessário o desenvolvimento de regras que mantenham níveis aceitáveis de uso dos monumentos e sítios. Somente é possível assegurar uma perspectiva de futuro, com respeito ao patrimônio mundial,

cultural e natural mediante uma política destinada à doação de equipamento necessário e orientação da atividade turística, contando com limitações de uso e de densidade que não podem ser ignoradas (UNESCO, s.d.).

Além da conceituação e dos efeitos do turismo cultural, a Carta de Turismo também aborda temas como a base de atuação desta atividade, destacando que é de responsabilidade das entidades representativas do setor turístico e as de proteção do patrimônio natural e cultural, a promoção do patrimônio de forma a integrar os valores culturais e os objetivos sociais e econômicos que formam parte da planificação dos Estados, regionais e municípios. Alerta também, os Estados, para que estes assegurem a aplicação da Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural adotada em 16 de novembro de 1972, assim como a recomendação de Nairóbi.

A Recomendação de Nairóbi, outro documento importante que faz parte da coletânea de Cartas Patrimoniais, faz referência a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, seu principal objetivo é complementar e ampliar o alcance das normas estabelecidas em sessões anteriores. E então, foram formulados princípios e recomendações que serviriam como instrumento às propostas de salvaguarda, sendo elas: que os Estados formassem leis ou medidas nacionais que efetivassem as normas fundamentais e que os mesmos deveriam levar essas recomendações ao conhecimento das instituições ou órgãos que são de interesse na salvaguarda dos patrimônios; é recomendado também que os Estados Membros apresentem relatórios nas datas e nos formatos em que eles determinarem contendo as medidas de como eles pretendem aplicar as recomendações.

Voltando ao conteúdo sobre as bases de atuação do turismo cultural apresentado na Carta de Turismo, é expresso também o desejo de que os Estados, através de suas estruturas administrativas, organizações de operadores de turismo e associação de consumidores e usuários adotem medidas que tornem ao máximo acessível a informação e a formação de pessoas que planejam viajar com finalidade turística dentro e fora de seu país. Isto é possível por meio do fomento do conhecimento da educação patrimonial principalmente, sendo de extrema necessidade a aplicação destes conhecimentos desde a idade escolar, para que as crianças e adolescentes sejam educados em conhecimento e respeito aos monumentos, sítios e o patrimônio cultural. (IPHAN, s.d.)

### 3.3 EXPERIÊNCIAS: ROTAS MUSEOLÓGICAS EM AVEIRO, PORTUGAL

Conceituado e amparado pelas Cartas Patrimoniais e a Legislação Brasileira, o turismo cultural, principalmente nos sítios históricos e artísticos tem papel importante na sociedade, como visto anteriormente, atuando principalmente como forma de preservação e perpetuação da cultura de um determinado local dentro das relações sociais e do contexto urbano, embora essa relação se mostre cada vez mais complexa e frágil. Nos últimos tempos, a prática turística tem ganhado destaque e se expandido cada vez mais, tornando-se uma indústria e impactando diretamente vários setores da sociedade.

No setor econômico, pode-se destacar as contribuições quanto ao aumento do produto interno, melhoramento nas balanças orçamentárias e na redistribuição de renda impulsionando até regiões de menor desenvolvimento, já no que se refere ao setor político, o turismo tem papel importante na integração nacional e projeção da imagem de um país. No campo social, a atividade turística influencia na geração de mais empregos e consequentemente no aumento do nível de vida das comunidades e, finalmente no âmbito cultural, ela contribui para a proteção e projeção do patrimônio cultural e melhoramento do nível educacional da população local e turística. Embora reconhecidos os diferentes impactos e consequentemente, sua importância em sociedade, a atividade turística atualmente exige uma otimização e sustentabilidade do próprio setor para que permaneça existindo em tal dimensão. (MAIA, 2017)

Para que um recurso venha a se tornar atração turística ele necessita passar por um processo de transfiguração, ou seja, além do seu valor cultural, artístico, patrimonial ou até independente dessas características, este recurso só passa a ter relevância para o turismo se for convertido em um potencial atrativo a ser “consumido” pelos visitantes/turistas. (MAIA, 2017) Baseado nessa perspectiva da criação de um objeto turístico, conclui-se que é preciso que este conte uma história e proporcione uma vivência ao usuário e, somente dessa forma ele poderá ser considerado turismo cultural. Este processo não inclui somente o fato de criar uma imagem turística para um produto cultural, mas sim integralizá-lo em uma rede turística que seja comunicante e dinâmica, assim surge o conceito de rotas turísticas e museológicas, que consistem na interligação de atrações turísticas baseada em um ou vários critérios com a finalidade de otimizar recursos, conceitos e estratégias voltadas ao turismo cultural.

Pensando nas rotas museológicas, o estudo apresentado a seguir, desenvolvido no âmbito do mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo (Universidade de Aveiro) por Maia (2017), procurou organizar um conjunto de museus da região de Aveiro, promovendo-os como atrações capazes de contar uma história em conjunto e propiciar uma vivência ao turista que procura a região de Aveiro, em Portugal. O estudo em questão tinha como objetivos: 1) identificar, examinar e valorizar os museus do distrito de Aveiro, enquanto atrações turísticas-culturais; 2) estimar o potencial atrativo turístico destes museus; 3) organizar a oferta museológica por tipologias; 4) analisar a relação dinâmica entre oferta e procura; 5) reconhecer e assimilar *best practices* de nível internacional; e 6) propor rotas museológicas temáticas.

A partir dos objetivos o estudo foi construído tendo por base a questão de investigação sobre a possibilidade de criar rotas entre pequenos e médios museus da região de Aveiro e foram levantadas as seguintes hipóteses: (H1) A museologia, associada ao turismo cultural, é um fato de dinamismo regional, (H2) É viável criar a rota turística das casas-museu da região de Aveiro; (H3) É viável criar a rota turística dos pequenos e médios museus de arte da região de Aveiro; e (H4) A cooperação em rede, entre museus e entre rotas museológicas, é benéfica para o sector turístico. Para a constituição das rotas, foi inicialmente necessário o recolhimento de dados primários e secundários, sendo esses, visitas aos museus e entrevistas semiestruturadas, além de revisão bibliográfica para a definição de conceitos-chave para a identificação de critérios de rotas.

No total, foram identificados quarenta e nove museus, de diferentes temáticas, e selecionadas as casas-museu e os pequenos e médios museus de arte para o estudo, já que estes são de grande importância para a região. Dessa forma, foram definidas as duas grandes rotas temáticas: a “Rota das casas-museu” e a “Rota dos pequenos e médios museus de arte”. O processo de criação das rotas levou em consideração os seguintes aspectos previamente estabelecidos: proximidade geográfica, interesse dos turistas, a subtemática e a obrigatoriedade de se contar uma história e proporcionar uma vivência. Pode-se observar na Tabela 4 a definição das grandes rotas, das sub-rotas, seus objetivos e descrição, além dos mapas que apresentam a interligação dos museus a partir das temáticas preestabelecidas desenvolvidos por Maia (2017).

Tabela 4 - Rotas Museológicas Aveiro

ROTA	SUB-ROTA	OBJETIVOS	DESCRIÇÃO
Rotas das casas-museu	(1) A casa tradicional da região de Aveiro dos séculos XIX e XX	Sensibilizar os visitantes para a casa tradicional portuguesa. Divulgar costumes e vivências populares	Rota centrada nos estudos dos edifícios e utensílios representativos da cultura popular portuguesa dos séculos XIX e XX.
	(2) Personalidades da região de Aveiro – as suas casas-museu	Sensibilizar os visitantes para a casa tradicional portuguesa. Divulgar vivências pessoais e sociais de personalidades regionais.	Rota centrada no estudo das casas-museu que foram a habitação de personalidades relevantes para a região.
Rotas dos pequenos e médios museus de arte	(3) A arte sacra na região de Aveiro – uma viagem pelos seus museus	Sensibilizar visitantes para a arte sacra regional.	Rota centrada no estudo dos museus que possuem, como elemento fulcral do seu espólio, coleções de arte sacra
	(4) Coleções de arte – compilações museológicas na região de Aveiro	Sensibilizar visitantes para os museus que reúnem obras de colecionador.	Rota centrada no estudo dos museus que colecionam obras de arte (pintura, escultura e artes decorativas) e as expõem como elemento do seu espólio.
	(5) Arte, vivência e personalidades – uma experiência museológica na região de Aveiro	Sensibilizar visitantes para os museus regionais. Disponibilizar exemplares variados das restantes rotas. Multiplicar a oferta.	Quatro rotas alternativas que possuem, cada uma, um exemplar representativo das seguintes três temáticas: casa-museu, museu de arte e museu representativo de uma personalidade regional.

Fonte: MAIA, 2017.

Figura 8 – Exemplo de mapa de sub-rotas museológicas de Aveiro

Rota "A casa tradicional da região de Aveiro dos séculos XIX e XX"



Fonte: MAIA, 2017.

### 3.4 DINÂMICA CULTURAL E AS CASAS DE CULTURA NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

Todos aqueles que descrevem São Luís, não conseguem fugir de suas conceituações intrínsecas ao título recebido pela UNESCO de Patrimônio Mundial, embora a cidade já tenha sofrido inúmeras transformações, principalmente no bairro da Praia Grande e entorno, local que abriga o conjunto da construção civil colonial que

garantiu o título à cidade em 1997 e oferece atualmente um rico turismo cultural. O Centro Histórico de São Luís, mais precisamente, permite a coexistência de padrões civilizatórios diferentes e a interação entre eles, sem cancelar as desigualdades históricas de tradições e valores, hábitos e práticas, ética e estética que compartilham o mesmo espaço (COSTA, 2017).

O caráter civilizador associado a ideia de patrimônio, fruto de seu direcionamento para o turismo faz com que seu conjunto urbano se adeque para ser visto pelas pessoas “de fora”, embora a população tenha sido alijada do processo de construir o Centro Histórico de São Luís em “Patrimônio da Humanidade” e de não ter sido chamada para debater as políticas empreendidas pelo Poder Público. Todavia, o desenvolvimento de canais de comunicação entre os moradores da área em questão e os órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pelo Patrimônio Cultural, já estão presentes na atualidade, e apresentam-se em forma de palestras, audiências públicas e seminários, por exemplo. O título de Patrimônio da Humanidade ao Centro Histórico da capital maranhense foi homologado em dezembro de 1997 e em março do mesmo ano se iniciava a primeira etapa deste processo, quando São Luís havia sido incluída na listagem das cidades patrimônios mundiais pelos membros do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). A segunda etapa se deu no mês de julho, quando o Bureau do Patrimônio Mundial, recomendou a condecoração do Centro Histórico da cidade Maranhense ao Comitê do Patrimônio Mundial. Na ocasião, a ICOMOS atestou que:

O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa, adaptada com sucesso à vida contemporânea e às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado do ambiente que o cerca. (O Estado do Maranhão, 4.12.1997).

O Centro Histórico de São Luís assumiu diversas faces ao longo dos anos, residencial, misto, comercial, “abandonado” e dentre elas o bairro da Praia Grande, contendo ocupação parcial dos prédios, vazios urbanos e por muito tempo, escasso movimento de pessoas aos domingos e feriados. Seu processo de esvaziamento, inclusive, foi resultado da relação de oferta e demanda e principalmente dos motivos que determinaram sua formação, assim como o preço da terra e a sua localização diante da capacidade de pagamento dos demandantes. Por outro lado, o aumento da oferta de serviços, principalmente turístico é significativo, impulsionado pela intervenção do poder

público com implementação do programa de revitalização, que tinha objetivo mudar a função deste espaço urbano. (SILVA, 2010)

O processo de Revitalização no Centro Histórico de São Luís possui três marcos principais: O Projeto Praia Grande, Projeto Reviver e o Prodetur-MA, projetos idealizados e articulados pelo governo do estado, que apresentaram formas de solucionar problemas remanescentes na área. A escolha da Praia Grande deu-se em função da centralidade que um dia se agregou e da potencialidade turística, algo extremamente importante neste complexo de ideias e ações. Além disso, as demais atividades presentes e inerentes à Praia Grande são promissoras à sua revitalização, o comércio varejista, o turismo, as atividades culturais e habitação estão relacionadas aos projetos, visando dinamização da área urbana.

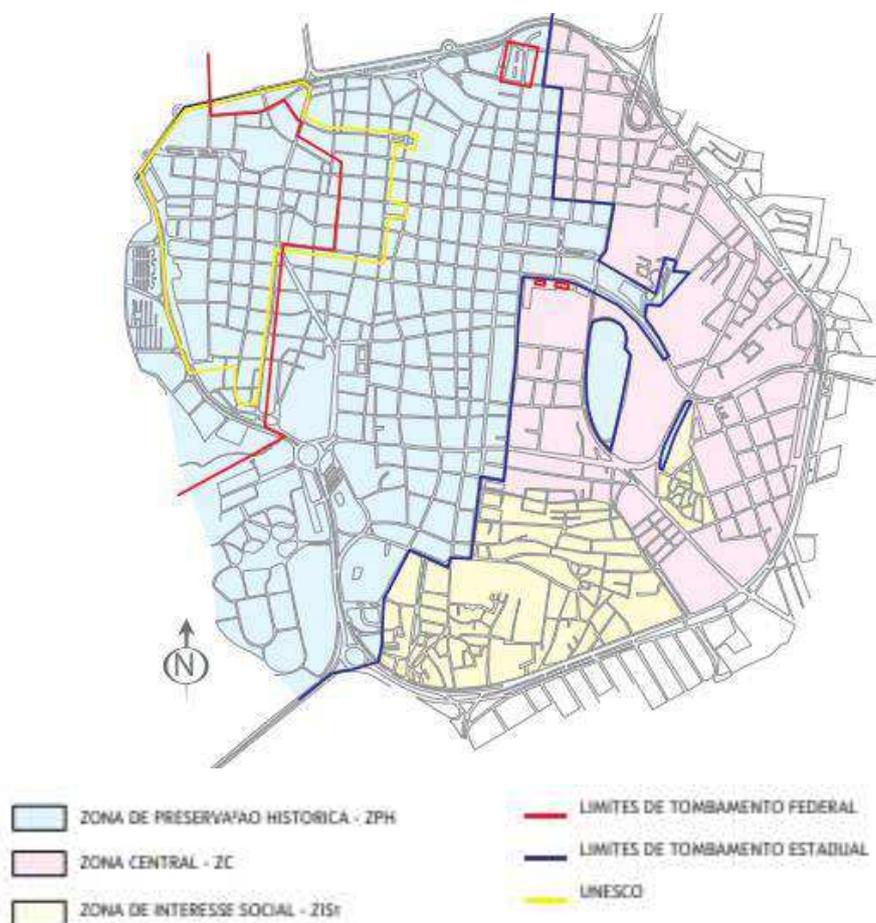
O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, denominado Projeto Praia Grande teve seu anúncio oficial em 1981, durante a instalação da 1ª Exposição do Projeto no Palácio dos Leões, após um ano e meio de pesquisas e estudos pelo grupo de trabalho, segundo as diretrizes aprovadas previamente na 1ª Convenção Nacional da Praia Grande. O projeto apresentava, dentro de suas atividades, subprogramas voltados a obra o largo do Comércio, visando recuperação social e econômica da área da Praia Grande, além de programas de habitação social, atividade portuária, programas de aquisição e recuperação de imóveis, administração e planejamento e de restauro do Patrimônio Artístico e Arquitetônico. Na prática, o projeto foi se configurando em termos de escolhas de espaços para intervenção, pautados principalmente na estética e na estratégia, dessa forma escolheu-se a Praia Grande enquanto outras áreas do centro acabaram pouco beneficiadas. (SILVA, 2010)

Apesar do abandono pelos poderes públicos e econômicos, ela continua a abrigar uma rica diversidade de atividades, e mesmo no estado de decadência em que se encontra representa um dos principais atrativos turísticos da cidade. Por outro lado, sua proximidade ao centro administrativo, o acesso facilitado pelo Anel Viário e o terminal de coletivos (a ser construído em 1981) contribuem para animar as possibilidades de revitalização. Considera-se essencial, tanto para maximizar o potencial da área, como para garantir a preservação dinâmica de atividades e projetos. (MARANHÃO, 1981, p.08)

O projeto teve início em 1987 pelo Governo do Maranhão e foi marcado por duas fases distintas, a primeira com as obras consideradas emergenciais, tais como a reforma e estruturação do prédio destinado ao Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, a

restauração das fachadas da Igreja da Sé e do Palácio Episcopal, a reforma dos Armazéns do Estado, entre outras obras datadas de 1987 e 1988. A segunda etapa tratava-se de intervenções urbanas mais profundas, realizadas na Praia Grande e entorno. No total, foram beneficiadas 15 quadras e 200 imóveis, contabilizando 107.000 metros quadrados tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional. Além disso, foram renovadas as redes de água, esgoto e drenagem, substituição de postes de concreto por postes de ferro fundido, arandelas e lâmpadas. Muitos imóveis restaurados passaram a abrigar novas funções socioeconômicas como instalação de restaurantes, bares, galerias de arte e museus, além do desdobramento de projetos habitacionais que promovem desde 1993 a fixação de famílias na Praia Grande, através da ocupação de parte de casarões restaurados.

Figura 9 - Limites do Centro Histórico



Fonte: LOPES, 2008, p.46.

O patrimônio dentro do tecido urbano se destaca com referências especiais bem delimitadas, juntamente com seu valor ideológico que acarreta grande simbolismo e,

consequentemente, constitui um ponto de partida para garantir a exclusividade de um acervo cultural de características particulares. Dessa forma, o centro histórico passa a ser visto pelo poder público, não somente pelo seu valor cultural, mas pela sua potencialidade como mercadoria do consumo cultural ao mesmo tempo que converge para a adaptação das novas funções do domínio da capital (SILVA, 2017). O Centro Histórico de São Luís, como já mencionado anteriormente, apresenta atualmente um composto urbano característico e diverso no que diz respeito aos usos, sendo o turismo cultural sua principal atividade econômica, garantida pela exuberância e homogeneidade do conjunto arquitetônico colonial presente.

Figura 10 - Vista aérea do Centro Histórico



Fonte: IPHAN, s.d.

Localizado da Baía de São Marcos, é um exemplo excepcional de adaptação às condições climáticas da América Latina, onde as construções históricas são expostas ao vento e à chuva por quase seis meses e acabam tendo seu processo de degradação acelerado, juntamente ao fato da burocracia exigida para seu restauro e manutenção. Possui o conjunto delimitado pelo perímetro do tombamento federal, com mais ou menos mil edificações, compreendendo imóveis de grande valor histórico e arquitetônico,

construídos no período colonial e imperial com soluções arquitetônicas de tipologia, revestimento de fachadas e distribuição interna característico da época adaptado à cidade e seu funcionamento. O conjunto arquitetônico remanescente dos séculos XVIII e XIX é composto por sobrados de fachadas revestidas de azulejos portugueses ou não, solares, sobrados, casas térreas e edificações de até quatro pavimentos de características únicas por conta da adaptação do clima, com aproveitamento máximo de sombra e ventilação. (IPHAN)

No cenário atual ainda permanecem o vínculo entre os elementos materiais e imateriais, caracterizados pelo meio físico e a vivência cultural, que se manifesta em festas e folguedos, como o bumba-boi e o tambor de crioula. A cultura é rica e diversa apresentada dentro e fora do Centro Histórico de São Luís e, mais precisamente é dentro desse espaço que concentra-se grande parte das casas de cultura da cidade, já que se trata de seu núcleo fundacional. Na área que reúne tantas edificações construídas nos séculos XVIII e XIX sob proteção estadual e federal, onde é possível enxergar a história através da arquitetura, destacam-se alguns imóveis significativos como por exemplo o Palácio dos Leões (sede do governo do estado), a Catedral (antiga igreja dos Jesuítas), o Convento das Mercês, a Casa das Minas, o Teatro Arthur Azevedo, a Casa das Tulhas, entre outras.

O centro histórico abriga diversos usos, como já descrito, atualmente oferece uma variedade grande de serviços. Abriga a sede do governo e da prefeitura, órgãos públicos e privados, bancos, instituições de ensino, hospitais, residências, comércios, restaurantes, museus, entre outros. Embora se destaque por ser o principal complexo turístico da cidade, possui outras funções, principalmente para o morador local e, observa-se cada vez mais a necessidade de se apropriar deste espaço e torná-lo um lugar vivenciado tanto por turistas quanto pelo cidadão ludovicense. Diante disso, sua ocupação é algo cada vez mais presente na sociedade, tornando-o um local dinâmico e plural. Seu processo de ocupação permite que diversas análises sejam feitas em cima de suas consequências ao patrimônio arquitetônico tão característico. Afinal, o assédio ao patrimônio, seu uso sem regras e moderações corrobora para o seu desgaste, todavia, quando estes são inseridos na vivência da sociedade, as chances de abandono e degradação são menores. O trânsito turístico na Praia Grande, principal núcleo de atratividade turística, por exemplo, promove juntamente com o incentivo à cultura, o entusiasmo em proteger o patrimônio arquitetônico edificado, pois este confere personalidade e o resgate do sentimento de identidade do local.

Figura 11 – Moradores e turistas vivenciando o Centro Histórico; Samba na Fonte do Ribeirão.



Fonte: INSTAGRAM @SAMBADERUASLZ, 2022.

A cultura está atrelada ao que a sociedade produz e vivência, e o Centro Histórico de São Luís abriga espaços que perpetuam e salvaguardam essa cultura, são chamados de espaços de memória e casas de cultura, que nada mais são que espaços cuidadosamente pensados para oferecer uma visão, mais completa possível, da produção maranhense no campo da sua arte, cultura e história. Alguns exemplos de casa de cultura são: museus, capelas, fortes, teatros, centros de arte e produção que oferecem oficinas, cursos de pintura e fotografia, festivais de teatro e festas populares. Esses espaços estão inseridos no processo de produção e consumo cultural em escala globalizada, importantes para a promoção e desenvolvimento econômico por intermédio do agenciamento da atividade turística e, o fato de estarem presentes dentro do Centro Histórico, proporciona ao turista e ao morador local uma imersão mais completa nas tradições culturais do Maranhão, permitindo uma interação maior com o patrimônio material e imaterial.

Presentemente, existem mais de 20 casas de cultura ativas e fechadas sob responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado (SECMA), além de outras supervisionadas pelo município ou privadas.

Tabela 5 - Secretaria de Estado da Cultura - Casas de Cultura

ITEM	CASA DE CULTURA	TIPO	CIDADE	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO
1	Arquivo público do Maranhão - APEM	Pesquisa	São Luís	Segunda a sexta	8 às 17h
2	Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL	Pesquisa	São Luís	Segunda a sexta	8h30 às 18h
3	Casa do Maranhão	Visitação	São Luís	Terça a sábado/ domingo	9h às 18h/ 9h às 13h30
4	Casa de Nhozinho	Visitação	São Luís	Fechada	Fechada
5	Casa do Tambor de Crioula	Visitação	São Luís	Terça a sábado/ domingo	8h às 12h e 14h às 18h/ 9h às 13h30
6	Casa do Mordomo	Visitação	Alcântara	Terça a sábado	9h às 12h
7	Casa de Cultura Josué Montelo	Pesquisa e Visitação	São Luís	Segunda a sexta	14h às 18h
8	Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia	Visitação	São Luís	Terça a sábado	8h às 12h e 14h às 18h
9	Centro de Cultura Popular Domingos V. F.	Visitação	São Luís	Fechada	Fechada
10	Convento das Mercês	Visitação	São Luís	Terça a domingo	8h às 17h
11	Forte Santo Antonio da Barra	Visitação	São Luís	Terça a sábado	9h às 13h e 14h às 18h
12	Teatro Arthur Azevedo - TAA	Espectáculos e Visitação	São Luís	Terça a sábado	14h às 17h
13	Museu Histórico e Artístico do Maranhão - MHAM	Visitação	São Luís	Fechado	Fechado
14	Museu de Artes Visuais - MAV	Visitação	São Luís	Terça a domingo	14h às 18h
15	Museu de Arte Sacra - MAS	Visitação	São Luís	Terça a sábado	9h às 17h
16	Museu Cafua das Mercês	Visitação	São Luís	Terça a quinta/ Sexta a domingo	14h às 18h/ 8h às 13h
17	Capela Bom Jesus dos Navegantes	Visitação	São Luís	Terça a sábado	14h às 17h
18	Capela das Laranjeiras	Visitação	São Luís	Terça a sábado	14h às 17h
19	Capela São José do Desterro	Visitação	São Luís	Terça a sábado	14h às 17h
20	Museu do Reggae	Visitação	São Luís	Terça a sábado/ domingo	10h às 18h/ 14h às 18h
21	Casa do Divino de Alcântara	Visitação	Alcântara	Terça a sábado	9h às 14h
22	Museu Histórico e Artístico de Alcântara	Visitação	Alcântara	Terça a domingo	9h às 14h

23	Museu Ferroviário e Portuário do MA – REFFSA	Centro Tecnológico e Visitação	São Luís	Terça a domingo	9h às 13h e 14h às 18h
24	Memorial João do Vale	Visitação	Pedreiras	Terça a domingo	9h às 13h e 14h às 18h
25	Praça dos Poetas	Gastronomia e Visitação	São Luís	Todos os dias	8h às 21h
26	Estação do Choro	Visitação	São Luís	Segunda a sexta	14h às 18h
27	Palácio dos Leões	Visitação	São Luís	Terça a sábado	9h às 17h

Fonte: SECMA, 2022.

Tabela 6 - Fluxo de atendimento ao público e visitas turísticas - 2020 e 2021

FLUXO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO E VISITAÇÕES TURÍSTICAS – 2020 E 2021		
CASAS DE CULTURA	2020	2021
Arquivo Público do Maranhão	618	547
Biblioteca Pública Benedito Leite	5.794	101.668
Casa do Maranhão	4.055	759
Casa de Nhozinho	1.913	-
Casa do Tambor	6.514	3.642
Casa de Cultura Josué Montelo	1.043	429
Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia	3.927	7.106
Centro de Cultura Popular Domingos V. F	1182	130
Centro de Criatividade Odylo Costa Filho	330	-
Convento das Mercês/ Museu Memória Republicana	5.872	3.140
Forte Santo Antônio da Barra	1.049	4.200
Teatro Arthur Azevedo	921	2.433
Museu Histórico e Artístico do Maranhão	-	-
Museu de Artes Visuais	3.063	3.071
Museu de Arte Sacra	5.064	7.087
Museu Cafua das Mercês	129	2.157
Capela Bom Jesus dos Navegantes	-	519
Capela das Laranjeiras	-	330
Capela São José do Desterro	-	-
Museu do Reggae	7.920	634
Casa do Divino de Alcântara	870	2.886

Museu Histórico e Artístico de Alcântara	2.367	2.415
Engenho de Pindaré	1.124	2.800
REFFSA – Museu Ferroviário	8.452	4.324

Fonte: SECMA, 2022.

A partir dos conjuntos de ruas históricas, monumentos e museus variados, é possível extrair diversos roteiros turísticos no Centro Histórico de São Luís, algo que já é praticado desde a revitalização do mesmo, por agências de turismo. A proximidade dos elementos turísticos proporciona ao visitante diferentes experiências de acordo com o caminho percorrido dentro do bairro, isso juntamente com as demais atrações que expressam a dimensão artística e cultural deste exclusivo conjunto arquitetônico. É possível perceber o impacto da revitalização do Centro Histórico, da sua valorização cultural no âmbito da preservação do patrimônio arquitetônico e em como a quantidade de atrativos turísticos confere um turismo ativo e dinâmico, tanto por visitantes quanto pela própria população local.

## 4 O GUIA

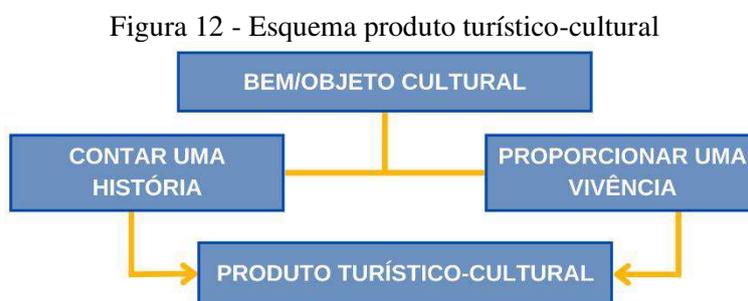
### 4.1 “CAMINHOS DA ILHA GRANDE” – METODOLOGIA INVESTIGATIVA

[...] aquilo que podemos reconhecer como uma atividade ou uma prática turística transformou-se numa indústria ou instituição que gera todo o tipo de impactos econômicos, políticos, sociais e culturais. [...] no aspecto cultural, o turismo pode contribuir para a proteção e a projeção do patrimônio cultural, e para melhoria do nível educacional da população e dos visitantes. (MAIA, 2017, p.69)

A Arquitetura e Urbanismo não são, por vezes, explicitamente consideradas estudo no turismo, tanto como disciplina ou como campo de saber, embora o patrimônio histórico e arquitetônico sempre se constituísse no atrativo turístico por excelência. Afinal, toda destinação turística se trata de um ambiente construído e das atividades ali desenvolvidas que promovem o interesse do turista. Esses ambientes construídos formam duas ordens: os realizados sem propósito turístico (legado da história, cultura, arquitetura e urbanismo), e os com esta intenção, onde a criação de atividades visa a atratividade do

visitante e o seu retorno. Partindo desse pressuposto, é de extrema importância a correlação dos estudos turísticos focados nestes ambientes construídos e sua arquitetura. (VARGAS, 2014)

A partir da necessidade de incentivar o consumo turístico local e maior visualização das Casas de Cultura do Centro Histórico de São Luís, o presente trabalho busca, através da criação de rotas museológicas, fomentar o conhecimento e o uso desses espaços, já que é possível concluir que o turismo cultural impacta diretamente no processo de revitalização de Centros Históricos e bens tombados. Além disso, o Centro Histórico reflete a potencialidade de um produto turístico-cultural (Figura 12), pois reúne elementos que funcionam como um sistema integrado, comunicante e dinâmico, capaz de contar uma história e proporcionar uma vivência ao visitante, oferecendo a complexidade de um sítio histórico tombado e principal ponto turístico da cidade.



Fonte: MAIA, 2017.

Fundamentado na metodologia das rotas museológicas de Aveiro (MAIA, 2017) e pensando no guia museológico como produto turístico-cultural e arquitetônico, que o presente estudo buscou organizar uma catalogação dos museus do Centro Histórico de São Luís e criar circuitos entre eles, a fim de promovê-los como atrações capazes de contar a história da cidade ao mesmo tempo que valoriza o patrimônio arquitetônico e proporciona a vivência deste espaço ao turista/visitante e ao próprio morador local. Dessa maneira, o guia proposto, denominado **Caminhos da Ilha Grande**, apresenta as Casas de Cultura do Centro histórico de São Luís, catalogadas com informações de infraestrutura e ao final propõe circuitos experimentais por alguns dos museus. A nomenclatura “Ilha Grande” que, em Tupi-Guarani é “Upaon-Açu”, nome dado a São Luís no início da sua fundação em 1962 pelos índios Tremembés, representa uma das

várias facetas que a cidade carrega, fruto da complexidade cultural da capital brasileira fundada por franceses, ocupada por portugueses e também holandeses.

Para delimitação do espaço de estudo, catalogação das Casas de Cultura e criação dos circuitos, esta pesquisa passou por uma etapa de levantamento de objetivos que auxiliaram na elaboração de hipóteses. O estudo visa atingir os seguintes **objetivos**:

- 1) Identificar os museus dentro do Centro Histórico;
- 2) Estimular o potencial atrativo turístico;
- 3) Propor roteiros museológicos;
- 4) Valorizar os museus enquanto atrativo turístico e patrimônio arquitetônico.

Com a finalidade de corresponder aos objetivos e responder ao principal questionamento sobre a viabilidade de elaboração do Guia e dos circuitos turísticos foram levantadas as seguintes **hipóteses** de investigação:

**H1)** É possível a criação de rotas turísticas no Centro Histórico de São Luís?;

**H2)** A cooperação/relação entre os museus em circuitos e rotas é benéfica para o setor do turismo?;

**H3)** O turismo cultural influencia na preservação do patrimônio arquitetônico edificado?.

A elaboração de objetivos e conseqüentemente os questionamentos sobre a viabilidade e possíveis resultados da criação do Guia, foi fundamental para o norteamento da proposta de um produto turístico-cultural conveniente para o Centro Histórico de São Luís, tanto no âmbito do turismo cultural quanto na preservação do patrimônio arquitetônico.

Para finalmente chegar na etapa de constituição do Guia, o estudo empírico se iniciou com as visitas às Casas de Cultura estaduais, sob responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado (SECMA), totalizando 21 espaços localizados dentro do Centro Histórico da cidade de São Luís (Tabela 8). Inicialmente foi necessário recolher dados sobre o funcionamento destas casas, através de extensa pesquisa bibliográfica e entrevistas com seus respectivos responsáveis e guias. Posteriormente, para determinar benefícios e obstáculos na criação das rotas foi analisada a infraestrutura dos museus e

seu entorno através das visitas em campo, a fim de garantir um percurso coeso e exequível pela maioria da população. A pesquisa em campo, compreendia a visita guiada em cada museu com a finalidade de entender as dinâmicas presente em cada espaço, a observação do entorno (funcionalidades dos demais empreendimentos e edificações próximas) e a infraestrutura urbana do bairro.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas, antes ou depois das visitas, aos guias (em algumas vezes, aos responsáveis ou diretores), de forma indireta através de conversa durante as visitas dos museus em estudo entre 12 e 14 de outubro e 2 e 3 de novembro de 2022. Antes da realização das visitas, foi explicado o objetivo do trabalho e qual a finalidade da informação recolhida. O roteiro utilizado para orientar o diálogo e troca de informações com os guias consistiu nas seguintes **perguntas**:

- 1) Qual tempo médio de visita guiada?
- 2) Qual outro tipo de uso a edificação abriga (caso houvesse algum além do museu)?
- 3) Dados sobre o acervo exposto e os tipos de exposição;
- 4) Dados sobre a infraestrutura e origem da edificação;
- 5) O museu já faz parte de alguma rota museológica?;
- 6) Quais os benefícios de integrar o museu a uma rota museológica?

Os dados recolhidos nas visitas (principalmente nas seguintes casas: Casa do Maranhão, Casa do Tambor de Crioula, Palácio dos Leões, Museu do Reggae, Centro de Pesquisa Natural e Arqueologia, Convento das Mercês, Museu Cafua das Mercês, Museu de Arte Sacra e Museu de Artes Visuais), juntamente com as pesquisas em sites da secretaria de cultura e a secretaria de turismo e as redes sociais dos museus, serviram de base para a formação de uma noção sobre o funcionamento de cada Casa de Cultura, a fim de catalogar e analisar seus conteúdos. A partir da relação das Casas de Cultura da SECMA, com sede em São Luís, Pedreiras e Alcântara, foram identificados 21 presentes no Centro Histórico de São Luís (Tabela 7). Dentre elas, 19 museus estão em pleno funcionamento e, trata-se de museus com acervo e exposições fixas ou rotativas que, por sua vez, são espaços fundamentais para a região e despertam interesse da própria investigadora, dos moradores locais e de grande parte da demanda turística que procura o Centro Histórico de São Luís.

Tabela 7 - Casas de Cultura no Centro Histórico de São Luís

ITEM	CASA DE CULTURA	TIPO	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO
1	Arquivo público do Maranhão - APEM	Pesquisa	Segunda a sexta	8 às 17h
2	Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL	Pesquisa	Segunda a sexta	8h30 às 18h
3	Casa do Maranhão	Visitação	Terça a sábado/ domingo	9h às 18h/ 9h às 13h30
4	Casa de Nhozinho	Visitação	Fechada	Fechada
5	Casa do Tambor de Crioula	Visitação	Terça a sábado/ domingo	8h às 12h e 14h às 18h/ 9h às 13h30
6	Casa de Cultura Josué Montelo	Pesquisa e Visitação	Segunda a sexta	14h às 18h
7	Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia	Visitação	Terça a sábado	8h às 12h e 14h às 18h
8	Centro de Cultura Popular Domingos V. F.	Visitação	Fechada	Fechada
9	Convento das Mercês	Visitação	Terça a domingo	8h às 17h
10	Teatro Arthur Azevedo - TAA	Espectáculos e Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
11	Museu Histórico e Artístico do Maranhão - MHAM	Visitação	Fechado	Fechado
12	Museu de Artes Visuais - MAV	Visitação	Terça a domingo	14h às 18h
13	Museu de Arte Sacra - MAS	Visitação	Terça a sábado	9h às 17h
14	Museu Cafua das Mercês	Visitação	Terça a quinta/ Sexta a domingo	14h às 18h/ 8h às 13h
15	Capela Bom Jesus dos Navegantes	Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
16	Capela das Laranjeiras	Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
17	Capela São José do Desterro	Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
18	Museu do Reggae	Visitação	Terça a sábado/ domingo	10h às 18h/ 14h às 18h
19	Museu Ferroviário e Portuário do MA – RFFSA	Centro Tecnológico e Visitação	Terça a domingo	9h às 13h e 14h às 18h
20	Praça dos Poetas	Gastronomia e Visitação	Todos os dias	8h às 21h
21	Palácio dos Leões	Visitação	Terça a sábado	9h às 17h

Fonte: AUTORAL, 2022.

#### 4.2 PELAS RUAS DO “REVIVER” – RECOLHA DE DADOS

O processo de seleção das casas de cultura para o itinerário seguiu o sistema semelhante e baseado na metodologia de Maia (2017) na criação das rotas museológicas de Aveiro, e respeitando os critérios estabelecidos, como proximidade geográfica, interesse dos turistas, temática, e a obrigatoriedade de proporcionar uma vivência e contar uma história. Foram selecionadas 17 casas, incluindo museus, praças, teatros e capelas, todos abertos ao público, com acervo museológico e que, como já mencionado anteriormente, estão sob responsabilidade da SECMA.

Tal como é possível observar na Figura 13, foram mapeadas as casas dentro do recorte do bairro do Centro Histórico que possui uma área de 220 hectares de extensão em São Luís. Ao analisar o mapeamento pode-se concluir uma concentração maior de museus na região da Praia Grande, e conseqüente mais próximos das principais avenidas do bairro, Av. Beira Mar e Av. Sen. Vitorino Freire.

A importância desses espaços para o patrimônio cultural e o turismo está pautada no entendimento de que, são locais que contam a história da cidade de diferentes perspectivas, sob cada ótica cultural que compõe a identidade da cidade desde seu processo fundacional e, proporcionam ao turista e ao maranhense o contato direto com a cultura e história local.

Na Tabela 8 é possível observar a catalogação das Casas de Cultura selecionadas para o Guia, com dados do tipo de uso, horário e dias de funcionamento atualizados até novembro de 2022. E posteriormente uma descrição detalhada de cada um dos espaços com características arquitetônicas de infraestrutura e fachada, bem como informações sobre o funcionamento, tipo de exposição, usos e acervo encontrado nestas Casas de Cultura. Com a finalidade de reunir informações necessárias para sensibilizar o visitante para a arquitetura tradicional colonial e proporcionar o fomento do conhecimento e identificação das Casas de Cultura presentes no Centro Histórico.

Figura 13 - Mapeamento das Casas de Cultura no Centro Histórico.



■ CENTRO

- |  |   |
|--|---|
| 1 Casa do Maranhão   | 9 Museu de Arte Sacra do Maranhão                     |
| 2 Casa do Tambor de Crioula  | 10 Cafua das Mercês                                   |
| 3 Casa de Cultura Josué Montello                                   | 11 Capela Bom Jesus dos Navegantes                    |
| 4 Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão | 12 Capela de São José das Laranjeiras                 |
| 5 Convento das Mercês  | 13 Igreja do Desterro                                 |
| 6 Teatro Arthur Azevedo  | 14 Museu do Reggae do Maranhão                        |
| 7 Museu Histórico e Artístico do Maranhão                          | 15 Museu Ferroviário e Portuário do Maranhão - REFFSA |
| 8 Museu de Artes Visuais   | 16 Praça dos Poetas                                   |
|  | 17 Palácio dos Leões                                  |

Fonte: AUTORAL, 2022.

Tabela 8 - Casas de Cultura/Museus selecionadas para o Guia Caminhos da Ilha Grande

ITEM	CASA DE CULTURA	TIPO	DIAS DA SEMANA	HORÁRIO
1	Casa do Maranhão	Visitação	Terça a sábado/ domingo	9h às 18h/ 9h às 13h30
2	Casa do Tambor de Crioula	Visitação	Terça a sábado/ domingo	8h às 12h e 14h às 18h/ 9h às 13h30
3	Casa de Cultura Josué Montelo	Pesquisa e Visitação	Segunda a sexta	14h às 18h
4	Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia	Visitação	Terça a sábado	8h às 12h e 14h às 18h
5	Convento das Mercês	Visitação	Terça a domingo	8h às 17h
6	Teatro Arthur Azevedo - TAA	Espetáculos e Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
7	Museu Histórico e Artístico do Maranhão - MHAM	Visitação	Terça a sexta	14h às 17h
8	Museu de Artes Visuais - MAV	Visitação	Terça a domingo	14h às 18h
9	Museu de Arte Sacra - MAS	Visitação	Terça a sábado	9h às 17h
10	Museu Cafua das Mercês	Visitação	Terça a quinta/ Sexta a domingo	14h às 18h/ 8h às 13h
11	Capela Bom Jesus dos Navegantes	Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
12	Capela das Laranjeiras	Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
13	Capela São José do Desterro	Visitação	Terça a sábado	14h às 17h
14	Museu do Reggae	Visitação	Terça a sábado/ domingo	10h às 18h/ 14h às 18h
15	Museu Ferroviário e Portuário do MA – RFFSA	Centro Tecnológico e Visitação	Terça a domingo	9h às 13h e 14h às 18h
16	Praça dos Poetas	Gastronomia e Visitação	Todos os dias	8h às 21h
17	Palácio dos Leões	Visitação	Terça a sábado	9h às 17h

Fonte: AUTORAL, 2022.

Figura 14 - Casa do Maranhão



Fonte: AUTORAL, 2022.

A **Casa do Maranhão**, é um museu folclórico inaugurado em 2002, fica localizada no antigo Prédio da Alfandega, datado de 1873, mas que foi restaurado em 2014. A casa possui cerca de 3.500m<sup>2</sup>, com dois pavimentos e ocupa a quadra inteira, possuindo quatro fachadas. Pode-se observar como elementos nas fachadas de estilo neoclássico: frontões triangulares cos brasões das Armas Nacionais no frontão, platibandas e colunas que separam a sequência de esquadrias que possuem molduras e bandeiras decoradas com vitrais e gradis forjados em ferro nos balcões. Os vãos do pavimento térreo são assimétricos e somente alguns acompanham o alinhamento do pavimento superior.

A edificação passou por um processo de reconfiguração, ganhando equipamentos com múltiplas possibilidades educacionais erguidos com técnicas museológicas contemporâneas, esse projeto foi viabilizado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas e, também, com recursos vindos do projeto

de lei de incentivo à cultura do Governo Federal. O espaço é concebido como vitrine da cultura maranhense e possui atualmente acervo e exposição fixa que conta a história das principais manifestações culturais do Maranhão, como bumba-meu-boi, reizado, as caixeiros da Festa do Divino Espírito Santo, Tambor de Crioula, Tambor de Mina e o reggae. Além disso, abriga exposições sobre lendas, azulejos, embarcações, lendas, arte, danças, gastronomia, festas religiosas e, também, oficinas de arte.

Figura 15 - Casa do Tambor de Crioula



Fonte: AUTORAL, 2022.

A **Casa do Tambor de Crioula** por sua vez, é um Centro de Referência que faz parte do plano de salvaguarda dessa expressão cultural e foi pensado como local de encontro e transmissão dos saberes associados ao Tambor de Crioula. Localizada na esquina da Rua da Estrela e rua João Vital de Mato, em um sobrado tradicional de dois pavimentos, representativo da arquitetura luso-maranhense, que antes permanecia em estado de arruinamento devido um incêndio da década de 1970. Possui esquadrias em

madeira alinhadas com molduras, guarda-corpo com gradil em ferro forjado nos balcões em pedra lioz e detalhe no beiral e cimalha

O espaço conta com salão de exposição, área de convivência, salas para realização de oficinas de dança e percussão, auditório e uma lojinha. O Tambor de Crioula, reconhecido em 2007 pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil, é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dana circular, canto e percussão de tambores. Além disso, ele também é praticado livremente, tanto como divertimento quanto devoção a São Benedito, não possuindo local definido, nem época fixa de apresentação e a dança é comumente executada somente por mulheres, com coreografia livre e variada. (IPHAN, s.d.)

Figura 16 - Casa de Cultura Josué Montello



Fonte: AUTORAL, 2022.

A **Casa de Cultura Josué Montello – CCJM** teve origem com uma doação feita pelo próprio escritor, em escritura pública no ano de 1983 que, incluía obras

bibliográficas, documentas e museológicas. É integrada à SECMA desde 1891 e foi integrada também à SECTUR em 2016, está instalada atualmente em um casarão antigo da família João Pereira, situado na Rua das Hortas, esquina com a Rua do Coqueiro, adquirido pelo Governo do Estado em 1989. Trata-se de uma edificação estilo tradicional, com implantação em “U” e tipologia morada e meia. A fachada possui pequenas aberturas para ventilação, e esquadrias em madeira e detalhes em vitrais e frontal decorado.

Para melhor adaptar o acervo e as funcionalidades do museu, a edificação passou por reformas nos anos de 1990, 1997 e novamente em 2014, incluindo ampliações e adequações de acessibilidade. A edificação possui salões de exposição, sala de consulta e leitura, arquivo Yvonne Montello, Museu Josué Montello, Auditório Viriato Correia e área de convivência. O acervo conta com coleções de obras da biblioteca particular do escritor Josué Montello, acervo museológico, documentos pessoais e à disposição para consulta, além disso a CCJM destina-se a promover e apoiar estudos, pesquisas e trabalhos, nas áreas da literatura, ciências sociais, história, geografia, as manifestações artísticas e culturais do Estado, preservando e guardando toda essa documentação referente a vida e obra do escritor maranhense Josué Montello. (SECMA)

Figura 17 - Centro de Pesquisa Natural e Arqueologia do Maranhão/CPHNAMA



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Centro de Pesquisa Natural e Arqueologia do Maranhão/CPHNAMA** foi fundado em março de 2002 e fica localizado na Rua do Giz nº 59. É um sobrado de dois pavimentos estilo tradicional, com detalhe para a base de cunhal em pedra lioz assim como os balcões também em pedra lioz, molduras e cimalha em argamassa. As esquadrias são em madeira com bandeira em vidro e ferro, e os guarda-corpos em gradil de ferro forjado.

O centro tem como objetivo o estudo, a valorização e a preservação do acervo patrimonial maranhense, mais especificamente os recursos e bens arqueológicos, paleontológicos e a cultura material e tradições dos povos indígenas do Maranhão. A edificação possui salas expositivas, biblioteca e laboratórios. A primeira sala expositiva é a de Paleontologia, com fósseis e réplicas de espécies pré-históricas encontradas no Maranhão, a segunda sala expositiva é de Arqueologia e possui acervo com artefatos em pedra, objetos cerâmicos utilitários e ritualísticos pré-coloniais, utensílios de louça,

artigos de uso pessoal e cotidiano do período histórico. Também possui a sala expositiva de Etnologia que conta com objetos de uso diário e cerimonial pertencentes a grupos indígenas contemporâneos. Existe ainda, no museu, a biblioteca Olavo Correia Lima e o Centro de pesquisa também atua no desenvolvimento sistêmico de atividades de pesquisa nas áreas da Paleontologia, Arqueologia e Etnologia, desenvolve ações voltadas à Educação Patrimonial através da elaboração, organização e execução de exposições, eventos culturais, mostras, seminários, palestras e aulas direcionadas a públicos diferenciados.

Figura 18 - Convento das Mercês



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Convento das Mercês**, edificação originária de 1654, foi tombado como Patrimônio Histórico Nacional, inaugurado pelo Padre Antônio Vieira e era o local onde funcionava o Convento da Ordem dos Mercedários. Localiza-se no platô mais alto que possui elevação entre vinte e trinta metros em relação ao nível do mar, em um terreno plano. É uma edificação de dois pavimentos com pátio central, que atualmente apresenta

simetria e continuidade como características arquitetônicas adaptada ao longo dos anos, com a volumetria e planta baixa harmoniosa com o conjunto das Mercês.

Possuindo uma área de 5.800 m<sup>2</sup>, a edificação de estilo português, possui a entrada principal da edificação está voltada para Rua Jacinto Maia, protegida por canteiros de palmeiras. Anteriormente, sua fachada principal era voltada para o rio. Durante sua restauração foram retiradas em reformas os anexos que descaracterizavam a obra, descobertos os arcos originais e o poço, também foram encontrados os alicerces da igreja demolida. A fachada principal apresenta janelas de forma quase quadrada com vergas em arco abatido, indicando antiguidade, são do tipo guilhotina em madeira e vidro. Todavia, a janela que fica localizada acima da entrada principal é rasgada, possuindo balcão sacado com gradil de ferro e bandeira. Na fachada posterior, as janelas de forma também quase quadrada, tipo guilhotina, apresentam-se em grupos modulares divididos por pilares. As fachadas laterais possuem mesma padronização da fachada principal.

Pertenceu ao governo do Maranhão entre os anos de 1905 e 1990, quando foi doado à Fundação José Sarney, aliado político do governador do Estado na época. Em 2009 foi decretada a devolução do prédio histórico ao patrimônio estatal e no mesmo ano a Fundação foi fechada após denúncias de desvio de verbas. No ano de 2011, o convento passou a abrigar a Fundação da Memória Republicana Brasileira, instituição pública estadual que administra o museu, uma biblioteca, pinacoteca, sala de restauração e um amplo acervo documental. O acervo contém uma coleção de cerca de quatro mil obras de arte, dentre pinturas, esculturas, objetos decorativos e peças de arte sacra. A biblioteca Padre Antônio Vieira, possui acervo bibliográfico constituído por 23.733 volumes, sendo 3.217 obras raras, contando com textos do Padre Antônio Vieira. Além, de seu extenso acervo museológico e de pesquisa, a Fundação promove diversos cursos e oficinas ao longo do ano, realiza eventos, exposições, festivais, seminários e reuniões buscando integração com a comunidade do Desterro.

Figura 19 - Teatro Arthur Azevedo



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Teatro Arthur Azevedo** teve o início da sua construção datada de 1816, com sua fachada principal voltada para Rua do Sol e representava uma construção de grandiosa monumentalidade na época mesmo não sendo o primeiro teatro a ser construído na cidade. Consolidou-se como um autêntico exemplar do estilo neoclássico em São Luís, conserva seus traços originais, com fachada demarcada por colunatas com capiteis coríntios, terminada em grandioso frontão. Possui vãos em vergas retas no segundo nível que alternam molduras de pequenos frontões triangulares e semicirculares, e também possuem balcões entalados e sacados com guarda corpos em ferro forjado. Seu interior possui riqueza em detalhes de uma grande casa de espetáculos, com um luxuoso lustre de cristais, camarotes e demais dependências sociais, além de estrutura de palco grandiosa.

Foi inaugurado em 1º de junho de 1978 com o nome de Teatro União, por conta da recente inclusão do Brasil ao Reino Unido de Portugal e Algarves. Em 1852, o Teatro

União passa a se chamar Teatro São Luiz e somente a década de 20, em homenagem ao um importante teatrólogo maranhense, é nomeado como Teatro Arthur Azevedo. A partir desse fato, o local enfrentou alguns momentos de crise, chegou a funcionar como cinema e sofreu restaurações que descaracterizam elementos originais.

A planta original do que seria este espaço, previa uma fachada para a Rua da Paz e a principal para o Largo do Carmo. Após a reação da igreja e, com o pretexto de ser antirreligiosa a construção de um teatro ao lado de uma igreja, afrontando seus valores, foi pedido o embargo da construção. Com uma sentença favorável aos padres carmelitas, o Teatro começou a ser construído em 1816 com a fachada principal para a Rua do Sol, de formas que o prédio ficou espremido entre outras construções, com ruas de frente e lateral de grande circulação automotiva, barulhos consequentes e dificuldades para estacionamento.<sup>3</sup>

Atualmente o teatro abre suas portas para visitas gratuitas e espetáculos, seus espaços compreendem um foyer, grande salão para receber e acomodar o público nos momentos que antecedem o espetáculo, a plateia com lotação máxima de 750 lugares (222 na plateia, 132 lugares nas frisas, 120 nos camarotes, 132 nos balcões, 132 nas galerias e 12 lugares no camarote oficial), um palco com 324 m<sup>2</sup> de 15 metros de profundidade e 12 metros de boca de cena. Possui também um salão nobre, uma sala de dança, uma sala de coro, bar, carpintaria (onde funciona oficina de carpintaria cênica), sala de costura/adereçaria, lojinha de souvenirs e um total de 5 pianos a disposição dos solistas, corais, cantores e alunos.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-luis-teatro-artur-azevedo>.

Figura 20 - Museu Histórico e Artístico do Maranhão



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM)** fica localizado na Rua do Sol, no Solar Gomes de Souza e abriga o acervo erudito mais importante do estado. O solar que abriga o museu foi construído em 1836, e é um importante representante da arquitetura civil maranhense do século XIX. A fachada apresenta simetria das construções tradicionais, mesclada com adornos neobarrocos, que representava a afinação com as tendências da época. A porta principal de entrada é feita em cantaria talhada, e superior a ela existe um conjunto de sete janelas rasgadas com balcões sacados, guarnecidos com gradis de ferro forjado. Acima ainda da janela central, de forma alinhada com a entrada principal, está entalhado uma monograma em pedra de cantaria com as inscrições do primeiro proprietário (L.J.G.S) que precede a cimalha do beiral duplo.

A edificação pertenceu inicialmente ao major Inácio Gomes de Souza, um fazendeiro da região do vale do Itapecuru, pais do intelectual maranhense e pioneiro na

pesquisa matemática no Brasil, Souzinha (Joaquim Gomes de Souza). Também foi moradia de Alexandre Colares Moreira (senador e vice-governador do Maranhão entre 1902-1904) e de José Francisco Jorge, que o vendeu ao governo do Estado em 1968. Atualmente o acervo conta com aproximadamente 10.000 peças, dentre elas: mobiliário maranhense da primeira metade do século XIX, o maior acervo de azulejaria de São Luís, porcelana, coleção numismática, vidros, cristais, pinturas, esculturas gravuras, arte sacra católica, arte de origem africana e acervo documental e bibliográfico.

Sua implantação tem formato de “U”, algo que zonifica a construção em alas no primeiro piso, contando com ala social para receber visitas e pessoas menos íntimas ou sem grau de parentesco, a ala íntima compostas por quartos e salas de vestir, além de varandas e o espaço para refeições. Já a ala de serviço é composta pela cozinha, alguns depósitos e outras dependências como alcovas, no caso específico deste solar. (LOPES, 2008)

A infraestrutura, em geral, é composta por um jardim, pela galeria Floriano Peixoto (destinado a exposições de curtas durações), pavimento térreo, pavimento superior (com exposições de longas durações), teatro Apolônia Pinto e um mirante. Possui uma exposição de longa duração que reconstitui uma “casa de época” a passagem do século XIX ao XX, ambientada de acordo com descrições dos costumes encontrados na literatura maranhense.

Figura 21 - Museu de Artes Visuais



Fonte: AUTORAL, 2022.

Sediado em um grande sobrado do século XIX na rua Portugal, de três pavimentos e mirante, encontra-se o **Museu de Artes Visuais (MAV)**. Possui exuberante fachada em azulejos portugueses, sacadas e contornos de janelas em pedra de cantaria, vindas de Portugal no período colonial remanescentes da época em que a Praia Grande representava o centro comercial de São Luís. As portas do térreo são em madeira com molduras em pedra lioz e argamassa na parte superior e bandeiras em arco com gradil, entre as molduras existe também um barrado em pedra lioz. Já as esquadrias dos pavimentos superiores são de formato reto com bandeiras em vidro e ferro, molduras em argamassa, os balcões em pedra lioz e os guarda-corpos em gradil de ferro forjado.

O MAV é um anexo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, foi inaugurado em 20 de dezembro de 1989, com o objetivo de descongestionar o MHAM, bem como proporcionar à classe artística maranhense um espaço para exposição e guarda do acervo de Artes Plásticas.

O sobrado construído no séc. XIX, possui três pavimentos e um mirante, inicialmente no térreo possuía fins comerciais, enquanto o primeiro era residencial e o segundo funcionava como hospedaria para os caixeiros viajantes. Nos dias atuais os três pavimentos possuem salas de exposições, área para oficinas no mirante, a galeria Nagy Lajos anexa ao Museu de Artes Visuais e a biblioteca Assis Chateaubriant.

Figura 22 - Museu de Arte Sacra



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Museu de Arte Sacra** fica localizado na Praça D. Pedro II, no segundo pavimento do Palácio Episcopal de São Luís, anexo à Igreja da Sé, Catedral Metropolitana. A fachada atual da igreja possui estilo neoclássico, com pouca ou nenhuma semelhança com a edificação inicial de vocação barroca, exceto à torre da direita. É simétrica e possui frontão coroado pela imagem de Nossa Senhora da Vitória, está sob quatro pilastras compósitas. Os vãos apresentam variedade de formas, umas com verga reta, outras em arco abatido, alternadas por molduras decoradas em argamassa.

O atual Palácio Episcopal, antigo “Colégio da Luz”, apresenta as mesmas características neoclássicas encontradas na fachada da igreja, formando um único corpo

harmônico em estilo. Todavia, em outros tempos as construções apresentavam cores diferentes de forma a individualizá-las na paisagem. (LOPES, 2008)

O museu apresenta um acervo de objetos de arte sacra e arte jesuíta, apresentando o processo histórico de colonização e ocupação do território maranhense, que teve início no séc. XVII. O museu foi inaugurado em 2014, com 13 salas de exposição e recebeu obras que estavam no antigo museu, Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Parte de seu acervo pertence à Arquidiocese de São Luís, com mais ou menos 400 peças, entre peças imaginárias de santos, ourivesaria e paramentos dos séculos XVII, XVIII e XIX nos estilos maneirista, barroco, rococó e neoclássico, incluindo esculturas, peças e imagens utilizadas em celebrações religiosas.

Dentre as imagens de santos, destacam-se os santos de roca, que são imagens comumente utilizadas em procissões durante a Semana Santa, apresentam cabeça, mãos e pés entalhados em policromia, principais elementos de expressão, enquanto tronco e pernas possuem estrutura mais simplificada. Esse tipo de imagem foi trazido para o Brasil no século XVII e até hoje são utilizados no Maranhão. Algumas dessas imagens que fazem parte do acervo do museu possuem adereço luxuosos, vestidos com trajes rebuscados, cabelos naturais com fios humanos doados por fiéis, olhos em vidro e resplendores ou coroas em ouro e prata. Além dessas imagens, também existem os chamados "santos de pau oco", utilizados antigamente para guarda dinheiro e objetos valiosos em seu interior e também para contrabando de joias e pedras preciosas, uma dessas imagens é a de João Batista datada do século XVIII.

Figura 23 - Cafua das Mercês



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Cafua das Mercês – Museu do Negro** abriga atualmente o centro de preservação da memória do negro, trata-se de um antigo depósito de escravos, o local conta a história dos negros por meio da exposição de obras de arte e objetos da época da escravidão. Trata-se de um pequeno sobrado de fachada simples, composta por uma porta central e cinco seteiras emolduradas por guarnições em argamassa. Foi construído em pedra e cal, possui dois pavimentos e telhado terminado com beiral. Passou por diversas reformas, algumas inclusive, extinguiram alguns de seus cômodos. (LOPES, 2008) Fica localizado ao lado do Convento das Mercês, seu nome (*Cafuá*) se origina do dialeto banto e significa cova, lugar escuro e isolado. Foi denominado como Cafua das Mercês por ter funcionado como sala de prisão de negos escravizados que desembarcavam em São Luís para serem leiloados e por estar localizado no Largo das Mercês.

Seu acervo reflete um pouco da história árdua imposta aos escravos que viveram em São Luís no final do século XVIII, e entre a variedade de peças expostas destacam-se objetos de culto utilizados em cerimônias religiosas como estatuetas, cachimbos, cabaças e parselhas do tambor de mina. A edificação foi adquirida pelo governo do Maranhão em 1970, tendo sido restaurada e inaugurada como museu dois anos depois, em 5 de fevereiro.

Figura 24 - Capela Bom Jesus dos Navegantes



Fonte: AUTORAL, 2022.

A **Capela Bom Jesus dos Navegantes** é um anexo da Igreja de Santo Antônio e fica localizada na Praça Santo Antônio Lobo, foi tombada em 1981 pelo seu valor histórico como acervo e edificação. É considerada uma das primeiras edificações religiosas de São Luís pois foi construída pelos capuchinhos franceses em 1613. Foi nesta capela que Padre Antônio Vieira proferiu o célebre “Sermão aos Peixes” em 1654. A capela foi anexada ao prédio da Igreja em meados do século XIX, é um anexo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão, possuindo um acervo mortuário onde foram enterrados membros do alto clérigo da Igreja Católica e da elite maranhense.

Possui nave única e separada da capela-mor por arco cruzeiro. A ala direita ocupada por câmaras mortuárias e a ala esquerda por sacristia. O alta-mor é em estilo neoclássico, assim como os demais altares localizados nos extremos do arco cruzeiro. Fachada simples, cobertura de duas águas com beiral, vãos em arco pleno e esquadrias em vidro e madeira. O acesso principal é por meio da nave da Igreja de Santo Antônio mas possui uma porta de acesso lateral em madeira relhada. capela foi anexada ao prédio da Igreja em meados do século XIX, é um anexo do Museu Histórico e Artístico do

Maranhão, possuindo um acervo mortuário onde foram enterrados membros do alto clérigo da Igreja Católica e da elite maranhense.

Figura 25 - Capela de São José da Quinta das Laranjeiras



Fonte: AUTORAL, 2022.

A **Capela de São José da Quinta das Laranjeiras**, localizada na R. Osvaldo Cruz originalmente, era integrada à Quinta das Laranjeiras e ficava situada no final da Rua Grande, o qual o primeiro proprietário foi José Gonçalves da Silva, maior comerciante do Maranhão no período colonial. Inicialmente, na Quinta das Laranjeiras existia um oratório privado na casa-grande e foi em 1811 que José Gonçalves da Silva resolveu construir uma capela pública, com entrada pela rua, para o que pediu autorização ao bispo D. Luís de Brito Homem, já instituindo, no mesmo documento que seu corpo deveria ser enterrado na capela. A construção durou cerca de cinco anos, fazendo com que a capela de São José das Laranjeiras torna-se um belíssimo exemplar da arquitetura

religiosa predominante no Maranhão no século XIX, de transição do barroco tardio para o neoclássico, época de pungência econômica do Estado.

A fachada divide-se em três planos retos, sendo o primeiro onde se localiza a porta do alpendre que dá acesso à capela, os demais planos correspondem à fachada da capela propriamente dita. Esta é constituída por três pilares, dois deles emolduram o entablamento e o frontão curvilíneo com volutas, ladeado por coruchéus. O corpo principal da fachada dispõe de quatro vãos de abertura, uma janela de madeira com balcão sacado resguardado por gradil de ferro, e abaixo desta uma porta de madeira com balcão entalado e gradil de ferro, e por fim, de cada lado da porta, óculos emoldurados em pedra de cantaria. A decoração interna revela um conjunto harmônico de altar-mor, arco-cruzeiro, guarda-corpo e sanefa, que apesar de possuírem características neoclássicas, guardam ainda elementos do momento artístico anterior, o rococó. (IPHAN)

Possui rico acervo cultural, conserva marcas de opulência econômica do Maranhão do século XIX e foi adquirida pela Arquidiocese do Maranhão, que a vendeu aos irmãos Marista para a construção de um colégio, atualmente, restam apenas a capela e o portão armoriado, ambos tombados pelo IPHAN, e sob cuidados da Secretaria Estadual da Cultura. Anualmente, a Irmandade São José das Laranjeiras realiza um festejo em honra ao santo padroeiro dos feirantes, com a realização de uma procissão pelo Centro da Cidade.

Figura 26 - Igreja São José do Desterro



Fonte: AUTORAL, 2022.

A **Igreja São José do Desterro**, localizada no Largo do Desterro, próximo ao Aterro do Bacanga é uma das principais igrejas católicas da cidade e uma das mais antigas, com sua construção datada da primeira metade do século XIX, edificada no mesmo local da antiga Igreja de Nossa Senhora do Desterro, pequena e coberta de olha com a porta principal aberta para a praia, onde hoje se encontra o altar-mor. O bairro do Desterro foi cenário dos primeiros momentos da ocupação portuguesa na cidade, e apesar de não estarem sinalizadas as edificações nos primeiros desenhos da cidade daquela época, observa-se a presença de uma rua que desemboca no mar, deixando clara a finalidade portuária na área e, da igreja, que naquele momento tinha como orago Nossa Senhora do Desterro, invocação muito comum entre os portugueses que vinham para as colônias.

Atualmente, após sucessivas reconstruções, passou a ter como orago São José do Desterro, com a frente voltada para o largo em que termina a Rua da Palma e começam os Becos do Precipício, do Desterro e do Caela. Apresenta planta pentagonal, dois pavimentos e na fachada uma torre sineira à sua esquerda e de base quadrangular,

encimada por coruchéus ligados por grades de ferro com a data “1868” na frente. É classificada erroneamente como bizantina por conta da presença de bulbos no frontão. A porta central é ladeada por nichos de vergas em arco pleno e duas outras portas encimadas por óculos. No seu interior, na nave central o piso é de lajotas de barro cozido e o teto em abóbada de berço, enquanto as naves laterais possuem assoalho e teto de madeira. Além das atividades religiosas, o local é configurado como espaço cultural aberto para visitação e é, também, um anexo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão (MHAM)

Figura 27 - Museu do Reggae



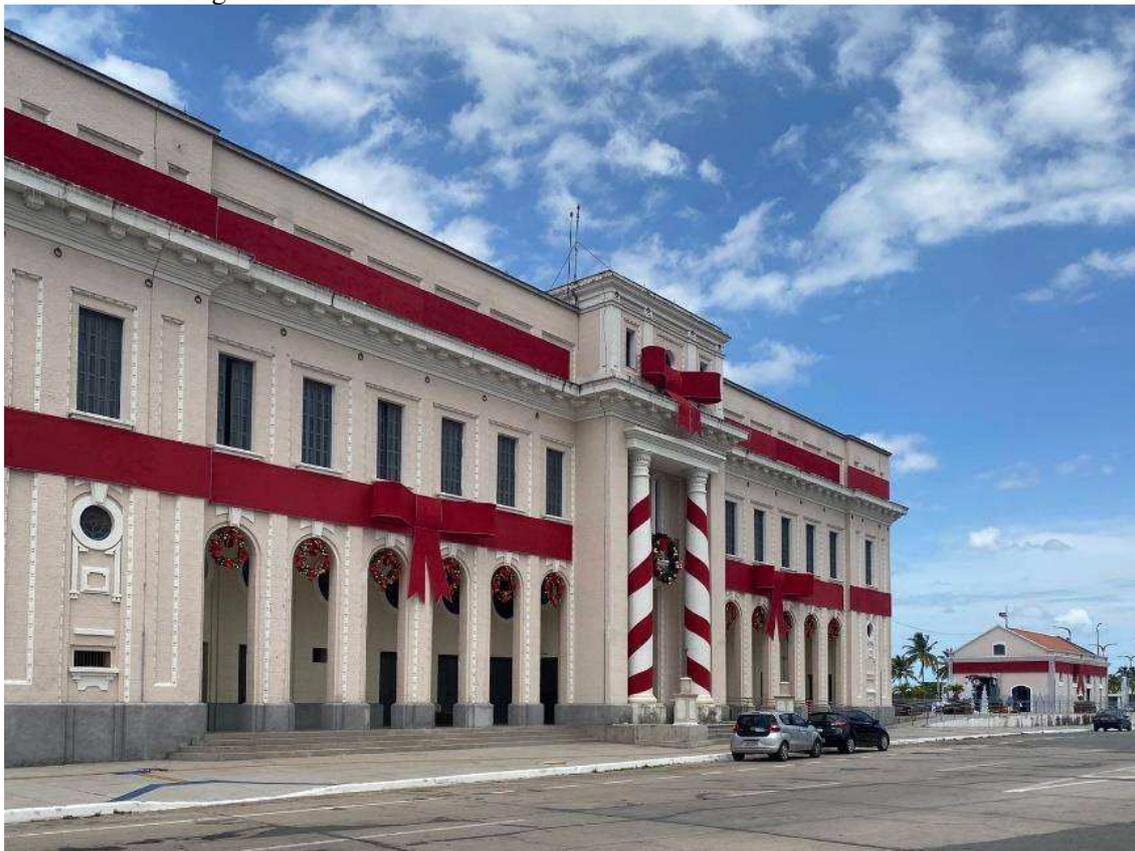
Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Museu do Reggae**, localizado na Rua da Estrela, é o primeiro museu temático de reggae fora da Jamaica e é o segundo do mundo. Ele foi fundado em 18 de janeiro de 2018 e tem como principal objetivo materializar e contar a história do ritmo jamaicano no mundo e no Maranhão. Sua razão se dá pelo fato de São Luís ser considerada a capital do Reggae no Brasil, sendo apelidada de Jamaica Brasileira por conter mais de 200 radiolas, nome dado às equipes de sons formadas por DJs e aparelhagens com dezenas de potentes caixas amplificadoras empilhadas.

Trata-se de um sobrado estilo tradicional português, com três pavimentos e mirante com balcão sacado corrido com dois vãos e guarda-corpo em gradil de ferro forjado. As portas do pavimento térreo são alinhadas com as esquadrias dos pavimentos superiores, possuem verga em arco abatido, molduras e barrado em pedra lioz. As janelas do segundo pavimento são em madeira e vidro também emolduradas em pedra lioz. Os vãos do terceiro pavimento seguem com vergas em arco abatido, bandeiras em madeira e vidro, além do balcão em pedra lioz guarnecido por guarda-corpo em gradil de ferro.

Seu projeto arquitetônico busca homenagear Bob Marley, maior ícone de reggae do mundo, e foi pintado com as cores do ritmo: amarelo, verde e vermelho. O museu conta com cinco ambientes, uma sala com homenagem a grandes nomes do reggae, e as outras quatro salas contam a história de diferentes tradicionais clubes de reggae de São Luís. Seu acervo conta com discos raros, vídeos e fotos históricas, moda reggae ao longo do tempo, depoimentos gravados com personagens da cena reggae, relíquias do reggae, como uma guitarra da banda maranhense Tribo de Jah e a radiola “Voz de Ouro Canarinho, de Edmilson Tomé da Costa, um dos pioneiros do reggae no Maranhão e disseminador do ritmo nos anos de 1970. O espaço conta também com estrutura para realização de shows, festivais de música, encontros oficinas e aulas de dança, assim como espaço para pesquisa na Biblioteca do reggae.

Figura 28 - Museu Ferroviário e Portuário do Maranhão - RFFSA



Fonte: Autoral, 2022.

Os **Museus Ferroviário e Portuário do Maranhão** ficam localizados no complexo cultural da RFFSA, local que reúne, além dos museus, um polo tecnológico para desenvolvimento de startups, espaços para sorveteria, cafeteria, vídeo mapping, entre outros atrativos. Foi uma edificação construída com a finalidade de abrigar uma estação ferroviária de passageiros e administração da Ferrovia de São Luís. Inicialmente, a estação era composta por dois edifícios, o principal com quatro pavimentos e um imóvel térreo. A edificação principal possui fachada imponente, com duas colunas grandes que marcam a entrada principal e que saca do corpo do prédio, uma série de arcos laterais que protegem a circulação externa com portas e óculos que obedecem ao mesmo ritmo de aberturas. Além dessas características, as paredes apresentam frisos, molduras e relevos que dão destaque para as esquadrias.

Após restauração, o local tornou-se sede do Museu Ferroviário e do Museu Portuário do Maranhão. O memorial exposto no Museu Ferroviário é de extrema importância para a história ferroviária do Maranhão que começou ainda no século XIX com a montagem do trecho entre Caxias e Timon da ferrovia, e foi concluída já no século

XX com a finalização do trecho São Luís/Teresina, chegando até o prédio da Reffsa, antiga estação ferroviária. O Museu Portuário possibilita os maranhenses e turistas conhecer sobre os instrumentos náuticos pertencentes ao acervo da Sociedade Amigos da Marinha do Estado do Maranhão (Soamar). Entre os objetos em exposição, estão o Sextante, instrumento náutico usado para determinar a posição geográfica do navio no mar; Código Morse, equipamento de comunicação para estabelecer contato entre estações terrenas e navios no mar; rádio; binóculo; lanterna de farol; relógio de bordo/cronômetro; maquete de farol; e maquete de navio.

Figura 29 - Praça dos Poetas

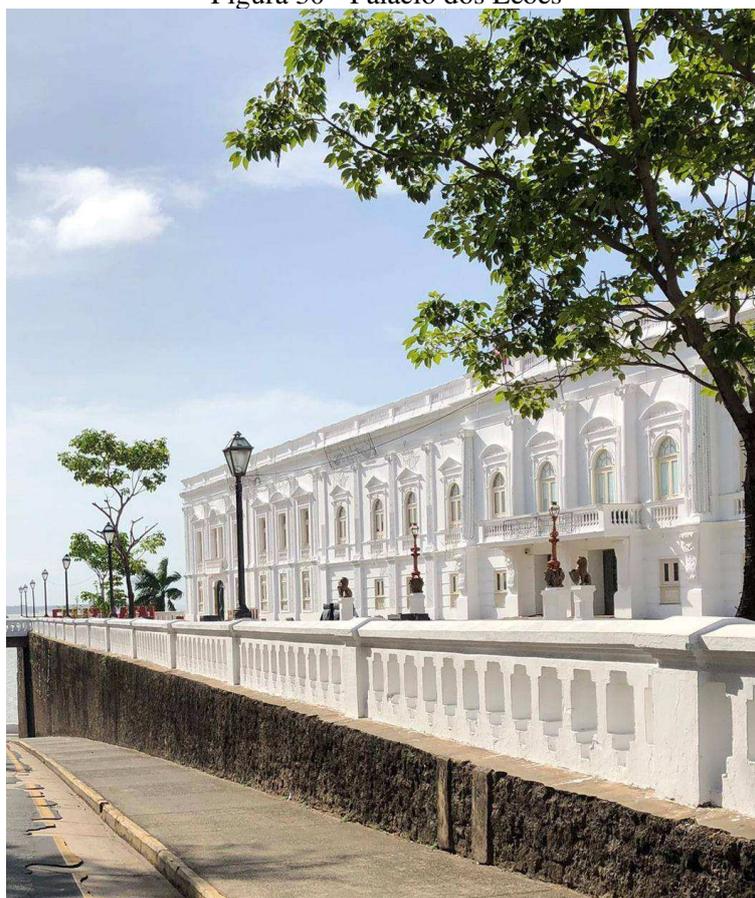


Fonte: Autorial, 2022.

A **Praça dos Poetas** está localizada em uma esquina da Av. Dom Pedro II e a rua Newton Prado, já possuiu diversos usos ao longo da história da cidade. A transformação do espaço em praça pública é proveniente de ações do Programa Nosso Centro, do Governo Estadual. Foi inaugurada em 2020, e conta com um mirante que proporciona aos

visitantes uma visão panorâmica de São Luís, quiosques, banheiros públicos, bancos, áreas verdes e detalhes arquitetônicos que relacionam o moderno e o colonial. Em relação a nomenclatura da praça, se dá ao fato de o espaço possuir a função de homenagear alguns poetas e escritores maranhenses, contando um pouco de suas biografias e apresentando trechos de seus escritos por toda área da praça., são eles: Ferreira Gullar, Catulo da Paixão Cearense, Nauro Machado, Sousândrade, Bandeira Tribuzzi, José Chagas, Gonçalves Dias, Maria Firmina, Dagmar Destêrro e Lucy Teixeira.

Figura 30 - Palácio dos Leões



Fonte: AUTORAL, 2022.

O **Palácio dos Leões** é o edifício-sede do governo do estado brasileiro do Maranhão, fica localizado na Avenida Pedro II, núcleo fundacional da cidade. Sua primeira construção é datada de 1626 como residência governante, mas passou por diversas adjunções e modificações, e em 2003 após um projeto de recuperação e restauração o prédio passou a ter as características atuais. Possui fachada em estilo neoclássico, com dois pavimentos que terminam em platibanda balaustrada. Há uma predominância de vazios sobre cheios, com vãos em arcos plenos encimados por

pequenos frontões triangulares e simetria marcante delimitada no centro da construção por balcão sacado e portado de acesso, e pequenos balcões entalados e balaustrados.

No pavimento térreo é possível observar apenas um acesso ao interior da edificação, com demais aberturas voltadas para a função de ventilação. A distribuição interna dos ambientes se dá da seguinte forma: salas de receber, salões e área íntima bem delimitada, como os padrões da época estabeleciam, e que permanecem praticamente inalterados até os dias atuais.

Está localizado em uma falésia à margem e à foz dos rios Anil e Bacanga, por essas características sua localização foi tão importante para o entendimento de como o sítio fora um local estratégico para as várias disputas no período colonial. Foi o local escolhido pelos franceses, durante sua ocupação em 1612 para o Forte de São Luís, marco da fundação da cidade. Além de ser sede do governo, o palácio possui uma Ala de visitação pública, que funciona como museu, apresentando os salões nobres com exposições permanentes de obras, mobiliários, telas, porcelanas, esculturas, pratarias e gravuras que datam dos séculos XV ao XX.

#### 4.3 ROTEIRO EXPERIMENTAL PELAS CASAS DE CULTURA

Um roteiro turístico é entendido como um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro. Ou seja, a roteirização propõe orientações na constituição de rotas ou circuitos, e essas orientações por sua vez, auxiliam na integração e organização dos atrativos, equipamentos urbanos, serviços turísticos e na infraestrutura de apoio do turismo. Como resultado deste processo, observa-se a consolidação dos espaços beneficiados pelo incentivo da atividade turística, bem como o aumento do número de visitante e do tempo de permanência. (BRASIL, 2007)

A fim de proporcionar uma experiência pelo Centro Histórico de São Luís para seus visitantes, o presente tópico apresenta um Roteiro Experimental pelas Casas de Cultura, a partir da identificação da potencialidade dos atrativos e tendo como base os dados recolhidos no Guia Caminhos da Ilha Grande que apresenta 17 Casas de Cultura em funcionamento no Centro Histórico de São Luís. Os critérios utilizados para

elaboração do roteiro são: temática dos museus, infraestrutura e principalmente localização geográfica. Foram escolhidas rotas localizadas na Praia Grande para que permita a realização do percurso pedonal pelas ruas do Centro Histórico com paradas estratégicas em museus e demais estabelecimentos de apoio.

Os objetivos finais da constituição do roteiro pelas Casas de Cultura são, auxiliar no processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros, principalmente no Centro Histórico de São Luís, apontando as necessidades do aumento de investimentos em projetos focados na melhoria da sua estrutura. Além disso, contribuir para o aumento do número de visitante e moradores no local, estimulando a riqueza ali gerada e a preservação do Patrimônio Cultural, bem como estimular a integração e o compromisso de todos os protagonistas desse processo, não deixando de desempenhar seu papel de instrumento de inclusão social, resgate e preservação dos valores culturais existentes.

No processo de elaboração do roteiro, através dos critérios estabelecidos, foram selecionados sete museus dentre os dezessete presentes no Guia, todos localizados na Praia Grande, obedecendo principalmente o critério de localização e proximidade para facilitar a realização do circuito pedonal em um dia, dentro dos horários de funcionamento das Casas de Cultura. Mapeados na figura 31, estão presentes a Casa do Maranhão, Casa do Tambor de Crioula, Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, o Convento das Mercês, Museu de Artes Visuais, Museu de Arte Sacra do Maranhão, Cafua das Mercês, o Museu do Reggae do Maranhão e o Palácio dos Leões.

Figura 31 – Mapeamento das Casas de Cultura para roteiro experimental



Fonte: AUTORAL, 2022.

A maioria possui boa infraestruturura, como instalação e espaços museais adequados dentro do conjunto arquitetônico em que se insere, qualidade de acervo e fácil identificação dentro do bairro. No que se refere ao estado geral de conservação dos edifícios, foi analisado em visitas aos locais o bom funcionamento de seus componentes elétricos e hidráulicos, e de sistemas de proteção contra incêndios, boas condições de acesso e circulação no interior e no entorno dos edifícios. De maneira geral, atendem um programa arquitetônico que a instalação de um museu carece, contendo espaços de

recepção, exposição, espaços de reserva técnica, administração, salas de apoio, área de serviço, e bibliotecas e/ou arquivo.

Como resultado, foi obtido um circuito que prevê o início às 9:00 horas da manhã e finaliza por volta das 17:00 horas da tarde, seguindo o tempo médio de visitação de cada Casa de Cultura incluída no roteiro, e exemplificado na Tabela 9. O roteiro foi feito com visitas em horários da manhã, pausa para almoço/descanso e visitas no período da tarde, com o objetivo de proporcionar a experiência de um dia no Centro Histórico de São Luís vivenciando a cultura local através de diferentes perspectivas. Cada museu possui temática diferente como observado anteriormente no Guia, dessa forma, o turista ou morador local que seguir o roteiro vai conhecer um pouco sobre cada local e sobre aspectos culturais da cidade como ritmos, folclore, política, história e arte.

Tabela 9 – Cronograma do roteiro experimental

HORÁRIO	CASA DE CULTURA	TEMPO MÉDIO DE VISITAÇÃO	DIA E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
9:00 h	Casa do Maranhão	40 min a 1h	Terça a sábado das 9h às 18h/ Domingo das 9h às 13h30
10:00 h	Palácio dos Leões	15 min a 30 min	Terça a sábado das 9h às 17h
10:30 h	Museu de Arte Sacra	45 min a 1h	Terça a sábado das 9h às 17h
11:30h	ALMOÇO/ DESCANSO		
14:00 h	Museu do Reggae	45 min a 1h	Terça a sábado das 10h às 18h/ Domingo das 10h às 18h
14:30 h	Museu de Artes Visuais	30 min	Terça a domingo das 14h às 18h
15:00 h	Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia	30 min a 40 min	Terça a sábado das 8h às 12h e 14h às 18h
15:30 h	Casa do Tambor de Crioula	15 min a 20 min	Terça a sábado das 8h às 12h e 14h às 18h/ Domingo das 9h às 13h30
16:00 h	Convento das Mercês	20 min	Terça a domingo das 8h às 17h
16:20 h	Museu Cafua das Mercês	20 min	Terça a sábado das 14h às 18h/ Sexta a domingo das 8h às 13h

Fonte: AUTORAL, 2022.

Na figura 33 é possível observar a exemplificação do circuito com informações de distância, orientação e ordem de visitação dos museus. Apresenta também as principais ruas pela qual o circuito passa, que são: Av. Dom Pedro II, Rua da Estrela e Rua do Giz. Nessas ruas, e próximo a elas, estão presentes diversos estabelecimentos que complementam o circuito e tornam a visitação mais atrativa, como lojas de produtos locais, restaurantes de comida típicas, bares e praças, além do conjunto arquitetônico colonial que cria a atmosfera única do Centro Histórico de São Luís.

A fim de complementar o conteúdo do Guia Caminhos da Ilha Grande, foi elaborado um convite/cartaz (Figura 32) de maneira a tornar mais visual a proposta deste produto-turístico cultural que busca a valorização do Centro Histórico de São Luís. Nele estão presentes elementos como o título do Guia, informações e o roteiro pelas casas de cultura. Seu design apresenta também, xilogravuras coloridas (Azulejo e Casarão) do artista maranhense Airton Marinho, cuja arte representa sua forte identidade com as tradições e a cultura popular do Maranhão, especialmente com a realidade de São Luís, de maneira a compor as características identitárias do Guia.

Figura 32 – Convite Guia Caminhos da Ilha Grande



Fonte: AUTORAL, 2022.

Figura 33 – Roteiro experimental



1 Casa do Maranhão



2 Palácio dos Leões



3 Museu de Arte Sacra do Maranhão



4 Museu do Reggae do Maranhão



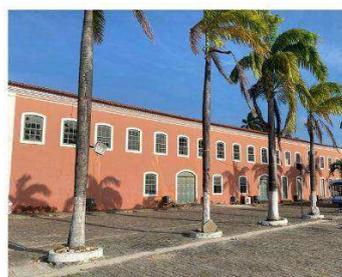
5 Museu de Artes Visuais



6 Centro de Pesquisa de H. N. e Arqueologia do Maranhão



7 Casa do Tambor de Crioula



8 Convento das Mercês



9 Cafua das Mercês

Fonte: AUTORAL, 2022.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou o desenvolvimento de um guia arquitetônico e urbanístico pelas Casas de Cultura do Centro Histórico de São Luís, Maranhão, propondo a valorização da arquitetura patrimonial através da atividade turística. Tendo em vista o Centro Histórico de São Luís, um bem cultural imóvel e Patrimônio da Humanidade, que representa o maior polo turístico da cidade, mas que, ao mesmo tempo, padece as consequências da falta de preservação e proteção. Com esse objetivo, foram analisados dados com ênfase no entendimento dessas causas e bibliografias foram estudadas a fim de ampliar o entendimento do impacto do turismo cultural no processo de revitalização de sítios históricos.

Para elaboração deste trabalho foi indispensável o estudo sobre a formação do núcleo fundacional da cidade, noções de patrimônio e em qual se encaixa o Centro Histórico, além da compreensão do turismo e sua atuação no meio cultural. O entendimento de como aplicar o turismo no processo de educação patrimonial e de compreensão da arquitetura nessa condição é indispensável para a manutenção e o bom funcionamento desse conjunto arquitetônico no contexto urbano atual, além de torná-los espaços cada vez mais vividos pela sociedade e não apenas presente no trânsito turístico.

Ao analisar os conceitos que compõem as noções de patrimônio e o turismo cultural, foi observado a necessidade desses dois temas estarem cada vez mais alinhados e abordados de forma interdisciplinar tanto na criação de produtos turísticos quanto nos processos de valorização da arquitetura patrimonial. Além disso, ao observar a dinâmica atual do Centro Histórico, foi notado a relevância das Casas de Cultura e dos espaços públicos como principal ferramenta atrativa do local, e como a atuação cooperante entre esses locais pode proporcionar inúmeros benefícios aumentando do investimento local e incentivando a criação de novos roteiros turísticos.

Diante da pesquisa realizada, conclui-se que é possível alinhar o turismo cultural como forma de valorizar sítios históricos através da relação entre museus. Por isso, o estudo da legislação brasileira e das Cartas Patrimoniais, assim como exemplos de rotas museológicas aplicadas em outras cidades, se fazem relevantes dentro deste trabalho, buscando fomentar o conhecimento e aperfeiçoamento das estratégias de valorização da arquitetura patrimonial da cidade de São Luís. Compreende-se, assim, que turismo e

arquitetura estão interligados no processo de desenvolvimento urbano e, no contexto de sítios histórico apresentam efetiva atuação para sua perpetuação.

## REFERÊNCIAS

- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão Corpo e Alma**. 2<sup>a</sup>. ed. aum. São Luís: Edição da autora, 2020. 380 p. vol I. ISBN 978-85-64613-21-8.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão Corpo e Alma**. 2<sup>a</sup>. ed. aum. São Luís: Edição da autora, 2020. 344 p. vol II. ISBN 978-85-64613-22-5.
- LOPES, Jose Antonio Viana (org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Madrid: Junta de Andalucía. Consejería de Obras Publicas y Transportes, 2008. 448 p. ISBN 978-84-8095-544-7.
- CARVALHO, Karoliny Diniz, SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Análise do modelo de preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão: Uso Social e Uso Turístico**. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 14 - nº 2 - p. 196-213. 2012.
- BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**. 1<sup>a</sup> ed. – São Luís: Editora UEMA, 2008. 230 p. ISBN 978-85-86036-18-7.
- ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **Patrimônio Cultural**. Aracaju: UNIT, 2010.
- SILVEIRA, Lélian. “A mercantilização e exotização do outro no turismo”. In: BRAMBILLA, Adriana; BAPTISTA, Maria Manuel; VANZELLA, Elídio; SILVEIRA, Lélian. **Cultura e Turismo: interfaces metodológicas e investigações em Portugal e no Brasil**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.
- MAIA, Sara Vidal. “As rotas museológicas como estratégias de turismo cultural: O caso da região de Aveiro, Portugal”. In: BRAMBILLA, Adriana; BAPTISTA, Maria Manuel; VANZELLA, Elídio; SILVEIRA, Lélian. **Cultura e Turismo: interfaces metodológicas e investigações em Portugal e no Brasil**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.
- BRAMBILLA, Adriana. Et al. **Cultura e Turismo: interfaces metodológicas e investigações em Portugal e no Brasil**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.
- SANTOS, Yandra. **Museus e redes sociais: a pandemia de covid-19 e as estratégias adotadas por museus de São Luís - MA**. III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio. Editora Cravo. Porto, Portugal. ISBN: 978-989-9037-13-7.
- CARVALHO, Karoliny Diniz; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Trânsito turístico e reconfiguração cultural: estratégias de visibilidade do patrimônio em São Luis (MA)**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 11, núm. 1, abril, 2011, pp. 104-121. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ, Brasil.
- CARVALHO, R.; LIMA, T.; OLIVEIRA, J. **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO DO CENTRO DE SÃO LUÍS – BAIRRO PRAIA GRANDE E SEU POTENCIAL DE ATRATIVIDADE TURÍSTICA: o olhar do turista e da comunidade receptora**. Anais do Seminário da ANPTUR – 2016. ISSN 2359-6805.

CARERI, Francesco. **Walkscapes. O caminhar como prática estética.** 1ª Edição, Barcelona, Gustavo Gili, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira.** 1988.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

TIRAPELI, Percival. **Patrimônio da Humanidade.** São Paulo: Metalivros, 2000.

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **O “Urrou” do Boi em Atenas: instituições, experiências culturais e identidade no Maranhão.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CAFETEIRA, Epitácio. **Reviver.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993

MACHADO, Jurema. **Patrimônio Mundial no Brasil.** 3. ed. Brasília: Conselho editorial da UNESCO no Brasil, out. 2004.

COSTA, Vinícius Din Fonseca de Castro e. **A invenção do centro histórico de São Luís/MA: sentidos de um lugar de memória.** Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, curso de Ciências Sociais com habilitação em Sociologia. Brasília/DF, p. 113. 2017.

SILVA, Georgia Patrícia da. **De volta à Praia Grande: o “velho” centro como o “novo” discurso.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa em Políticas Públicas, 2010. 200 p.

Sites consultados:

Portal Iphan: <http://portal.iphan.gov.br>

Portal Unesco: <http://www.unesco.org>

Portal Monumenta: <http://www.monumenta.gov.br>

<https://www.cultura.ma.gov.br/sobre-secma>

<http://turismoaoluis.com.br>